



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ELISA SOUZA DA SILVA

POPULAÇÃO TRANSGÊNERA E A RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL
BRASILEIRO

Florianópolis (SC), Dezembro de 2016

ELISA SOUZA DA SILVA

POPULAÇÃO TRANSGÊNERA E A RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL
BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como requisito
para obtenção do título de Bacharel em Direito pela
Universidade Federal de Santa Catarina, semestre 2016-2.

Prof^a Orientadora: Grazielly Alessandra Baggenstoss

Florianópolis (SC), Dezembro de 2016
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado População transgênera e a retificação do registro civil, elaborado pelo(a) acadêmico(a) Elisa Souza da Silva, defendido em **13/12/2016** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota _____ (_____), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2016

Grazielly Alessandra Baggenstoss
Professora Orientadora

Mariana Scholz
Membro de Banca

Leonardo Marcio Laureano
Membro de Banca



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): Elisa Souza da Silva

RG: 4900466

CPF: 059.585.839-21

Matrícula: 12205196

Título do TCC: População transgênera e a retificação do registro civil brasileiro

Orientador(a): Grazielly Alessandra Baggenstoss

Eu, Elisa Souza da Silva, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 13 de dezembro de 2016.

Elisa Souza da Silva

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Arilene Denise de Souza e Luciano Antonio da Silva, por todo amor, carinho e amparo incondicional que recebi ao longo dos anos, jamais medindo esforços pra me proporcionar uma vida maravilhosa e me inspirando para ser uma pessoa cada dia melhor. Ao meu irmão, Rodrigo Souza da Silva, que, apesar da distancia e de toda saudade, é meu maior cúmplice e sangue do meu sangue. Sem vocês nada disso seria possível.

Aos demais membros dessa família louca e bagunçada que eu tanto amo.

Agradeço as minhas “irmãs”, Lígia Lentz Gomes e Paula Vieira de Mello, que, além de amigas, são parte de mim, desde sempre e para sempre.

As amigas maravilhosas que fiz ao longo da jornada acadêmica, Bárbara Maciel, Bárbara Valério, Beatriz de Avila, Camila Oliveira, Desiree Ramos, Kariny Afonso, Renata Pandolfo, Taená Cristine dos Santos e Thayse Raupp, vocês são o maior presente que a graduação me deu, é difícil acreditar que encontrei tantas pessoas maravilhosas para compartilhar os dias de CCJ, vocês são únicas, insuperáveis e não há nada que possa separar essa amizade.

Aos demais amigos que me ajudaram nessa jornada, Ana Paula Schimitt, Gustavo Quint, Marcelo Campos, Natália Andreazza e Fernanda Iuskow, como já dizia o ditado, quem tem amigos tem tudo.

A todos os prezados colegas do gabinete do Des. Henry Petry, com que tive o prazer de dividir experiências maravilhosas, especialmente ao Leonardo Marcio Laureano, que, além de uma amizade incrível, me concedeu a honra de compor minha banca examinadora.

À Universidade Federal de Santa Catarina, funcionários e corpo docente do Centro de Ciências Jurídicas, por todo o aprendizado e vivência dos últimos anos.

A minha orientadora Grazielly Alessandra Baggenstoss por ser uma pessoa tão dedicada a questões sociais e a pessoa certa para conduzir esse projeto.

Muito obrigada.

RESUMO

SILVA, Elisa Souza da. População transgênera e a retificação no registro civil brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina.

O presente trabalho tem por objetivo uma análise do tratamento jurídico dado à população transgênera no Brasil e, principalmente, adentrar o quesito da retificação do registro da pessoa humana e a desnecessidade da interferência cirúrgica transgenitalizadora, tendo em vista que esse grupo convive diariamente com situações vexatórias e hostis. O método utilizado foi a abordagem dedutiva e utilizou-se de documentação direta e indireta para o desenvolvimento da temática por meio de livros, publicações e jurisprudência. Inicia-se com a elucidação de diversos conceitos importantes para a compressão da temática, além de um breve estudo acerca de importantes teóricos dos estudos de gênero. Posteriormente, é feito um paralelo entre as normas fundamentais e da personalidade no direito brasileiro e a transgeneridade. Em seguida, aprofunda-se no tema, primeiramente, analisando o escasso conteúdo jurídico da legislação brasileira a respeito de gênero, uma análise dos julgados das grandes cortes – Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça – e, por fim, o debate acerca da cirurgia de transgenitalização como requisito para a concessão da alteração registral pelos magistrados e seu papel da manutenção da cisnormatividade.

Palavras-chave: Gênero. Identidade de gênero. Transgênero. Registro civil. Retificação do prenome e gênero. Transgenitalização.

ABSTRACT

SILVA, Elisa Souza da. Transgender population and rectification in the civil registry. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina.

The present work aims at an analysis of the legal treatment given to the transgender population in Brazil and, mainly, to enter the question of the rectification of the registry of the human person and the lack of transgenitalizing surgical interference, considering that this group lives daily with vexatious situations and hostile. The method used was the deductive approach and direct and indirect documentation was used to develop the theme through books, publications and jurisprudence. It begins with the elucidation of several important concepts for the comprehension of the theme, as well as a brief study about important theorists of the gender studies. Subsequently, a parallel is made between fundamental norms of personality in Brazilian law and transgenderity. Afterwards, it explores the theme, firstly analyzing the scarce legal content of Brazilian legislation on gender, an analysis of the grand Court trials - the Federal Supreme Court and the Superior Court of Justice - and, finally, the debate on transgenitalization as a requirement for granting registry modification by magistrates and their role in maintaining cisnormativity.

Keywords: Gender. Gender identity. Transgender. Civil registry. Rectification of the first nome and gender. Transgenitalization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO	11
2.1	Definições necessárias atinentes ao gênero	11
2.1.1	Sexo biológico	11
2.1.2	Condição/Orientação afetivo sexual.....	12
2.1.3	Gênero (definição legal – Decreto nº 8.727/2016)	14
2.1.3.1	Cisgeneridade	16
2.1.3.2	Transgeneridade	18
2.1.3.3	Possibilidades de outros gêneros.....	22
2.2	Teóricos relevantes à temática sobre o gênero	25
2.2.1	Simone de Beauvoir	25
2.2.2	Roberto J. Stoller, Harry Benjamin e John Money.....	26
2.2.3	Judith Butler e Joan Scott	30
3	DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA PERSONALIDADE RELATIVOS AO GÊNERO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	34
3.1	A pessoa humana e os direitos fundamentais na Constituição Federal	34
3.2	Direitos da personalidade relativos ao gênero	43
4	O TRANSGENERISMO NO DIREITO BRASILEIRO E A NECESSIDADE DE TRANSGENITALIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DA PESSOA HUMANA	55
4.1	A legislação brasileira acerca do tema gênero	55
4.2	Os julgados brasileiros sobre gênero	61
4.2.1	Seleção dos acórdãos	61
4.2.2	Acórdãos do STF.....	62
4.2.3	Acórdãos do STJ.....	67
4.3	Necessidade da cirurgia de redesignação sexual: exigência imprescindível ou manutenção da cisnormalidade?	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6	REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o mundo vive em um momento de reconhecimento do enorme leque de possibilidades que compõe a identidade humana, dentre elas a identificação com um gênero diverso ao atribuído no nascimento, denominado transgenerismo, a ruptura com os papéis de gênero tradicionais.

O Brasil ainda não conta com qualquer legislação específica que ampare as necessidades dos transgêneros, quase que ignorando suas demandas e mantendo-os à margem da sociedade. Consequentemente, o judiciário acaba por analisar as demandas existentes, mas, infelizmente, na grande maioria das cortes, a visão dos magistrados ainda é muito discriminatória, negando demandas de alteração registral que são fundamentais para a diminuição da angústia que é viver em desconformidade com os padrões que lhe são impostos, como é o caso dos transgêneros.

Dentro desta análise de mudança registral do prenome e do gênero feita pelo poder judiciário, uma série de requisitos são analisados, dentre eles a realização da cirurgia de transgenitalização, que, segundo alguns adeptos de correntes mais conservadoras, principalmente os que considerem a transgeneridade uma “enfermidade” chamada distúrbio dissociativo de gênero, é requisito indispensável para a alteração do registro civil e imprescindível no tratamento.

Estudos a respeito da população transgênera são de suma importância, haja vista toda a violência e a hostilidade com que esse setor é tratado pela sociedade. O Brasil, infelizmente, é recordista em assassinatos contra transgêneros, segundo dados da ONG “Transgender Europe” (TGEU), só entre janeiro de 2008 e março 2014 ocorreram pelo menos 604 mortes de homens e mulheres trans. Além disso, só no ano de 2012, cerca de dez mil denúncias foram feitas a Secretaria de Direitos Humanos a respeito de violações cometidas pelo governo federal contra a população LGBT.

A presente monografia se utiliza do método dedutivo e utilizou-se de pesquisa bibliográfica em diversas áreas do conhecimento como: medicina, filosofia, sociologia e

ciências jurídicas, além de análises jurisprudenciais. A principal autora utilizada foi Berenice Bento, que possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (1994), mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília / Universitat de Barcelona (2003), especializada em estudos de gênero e, principalmente, transgeneridade e estudos *queer*. Esse enfoque foi utilizado para enfrentar o seguinte problema: qual a necessidade da cirurgia de transgenitalização dentro das demandas do prenome e do gênero no registro civil pelas Cortes brasileiras e a lógica de manutenção cisnormativa de manter os velhos padrões conservadores de gênero?

Para resolver tal questão, o trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo ficará encarregado de traçar diversos conceitos importantes para a compressão da matéria como: o sexo em termos biológicos, a diferença entre identidade de gênero e orientação afetivo sexual, as diversas modalidades de identidade de gênero, a transgeneridade em si e, do outro lado, a cisgeneridade. O capítulo também irá abordar alguns dos diversos teóricos relevantes para a temática.

Já o segundo capítulo irá relacionar as normas base estatais com os direitos dos transgêneros. Primeiro será abordada a Constituição, seus fundamentos – que devem permear os direitos e garantias de absolutamente todos os cidadãos - e, principalmente, os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, que têm relação direta com a negligência estatal com que convive a população transgênera. A segunda parte mais para a esfera civil e os direitos da personalidade, trabalhando a relação direta das demandas “trans” com o direito ao nome e de dispor sobre o próprio corpo.

Por fim, o último capítulo irá abordar, primeiro, o material legislativo envolvendo demandas de gênero, incluindo-se legislação vigente e diversos projetos ainda não votados. Em seguida, uma série de julgados serão analisados, todos escolhidos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Finalmente, será explorada a desnecessidade da cirurgia de transgenitalização dentro das demandas do prenome e do gênero no registro civil pelas Cortes brasileiras e a lógica de manutenção cisnormativa de manter os velhos padrões conservadores de gênero.

2 UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO

2.1 Definições necessárias atinentes ao gênero

2.1.1 Sexo biológico

Este é, sem sombra de dúvidas, o ponto mais técnico que se verá ao longo desta monografia, uma vez que se tratará do aspecto científico da determinação e da diferenciação sexual de um ponto de vista estritamente biológico, que adota a lógica da binariedade de gênero, apoiando-se na dicotomia fêmea/macho.

Leciona Gil Guerra-Júnior que, assim como a maioria dos mamíferos, os processos de determinação e diferenciação sexual estão intimamente vinculados à presença ou à ausência do cromossomo Y, fator determinante para a especialização das gônadas.¹

Esse processo conta com diversas etapas: a determinação do sexo cromossômico, a diferenciação das gônadas em ovários ou testículos, a diferenciação dos genitais internos e externos e a reação dos diversos tecidos aos hormônios produzidos pelas gônadas, também chamada de diferenciação sexual secundária.²

Portanto, a expressão *determinação sexual* relaciona-se principalmente aos processos que levam à função gonadal em geral; por outro lado, a expressão *diferenciação sexual* refere-se às ações hormonais específicas que levam ao fenótipo sexual de cada indivíduo.³

A transformação das gônadas em testículos esta normalmente associada à presença do gene SRY (sex-determining region on the y chromosome) no cromossomo Y, que, em torno da sétima semana do desenvolvimento fetal, em conjunto com outros genes envolvidos na determinação e na diferenciação testicular, começam a transformação da gônada – até então bissexual – em testículo.

¹ GUERRA JR., Gil. Determinação e diferenciação sexual normal na espécie humana. In. VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.); PAIVA, Luiz Airton Saavedra de (Org.). Identidade Sexual e Transexualidade. 1. ed. São Paulo: Roca, 2009. p 13

² GUERRA JR. 2009. p 13

³ GUERRA JR. 2009. p 13

Diferente do desenvolvimento masculino, no qual é obrigatória a presença de um testículo, um ovário funcional não é imprescindível para o fenótipo feminino. Uma vez ausente o gene SRY, a diferenciação ovariana se inicia no fim da décima semana, permanecendo neutras até então.⁴

Ainda há de se citar a diferenciação sexual secundária, que são mudanças endócrinas que começam no feto e se estendem até a puberdade e a maturação sexual completa.

Mas, na grande maioria dos casos, é a partir da identificação dos caracteres sexuais primários (genitais) que ocorrerá a identificação do sexo da criança, e, conseqüentemente, a determinação do gênero no registro civil.

Faz-se necessário também comentar que nem todos nascem com características cromossômicas, gonadais ou genitais que se encaixam perfeitamente nos conceitos biológicos de feminino ou masculino. A esses indivíduos sexualmente ambíguos dá-se o nome de intersexuais.

A intersexualidade se manifesta das mais diversas maneiras, e nem sempre por meio de uma anomalia perceptível ao nascimento, podendo se manifestar até mesmo por mudanças hormonais na puberdade. De fato, certas pessoas nascem e morrem sem nem ao menos saber que eram intersexuais, ao passo de que outras pessoas são submetidas/se submetem a longos tratamentos e cirurgias dolorosas para corrigir traços fora do padrão.

2.1.2 Condição/Orientação afetivo sexual

Dois conceitos que são frequentemente entrelaçados são o de “orientação sexual” e o de “identidade de gênero”, no entanto, mesmo que intimamente relacionados, esses não devem ser confundidos.

⁴ GUERRA JR. 2009. p 21

Jaqueline Gomes de Jesus traz, ao trabalhar conceitos ligados ao estudado da identidade de gênero, o conceito de orientação sexual como: “Atração afetivo-sexual por alguém. Sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero”.⁵

Retira-se então, que, a orientação sexual irá referir-se ao(s) gênero(s) pelo(s) qual(is) o indivíduo sente-se atraído, tanto no âmbito sexual/físico, como emocional, romântico e afetivo.

Pode-se caracterizar diversas modalidades de orientação afetivo sexuais, como as mais comumente conhecidas: se relacionar com pessoas do mesmo gênero (homossexualidade), se relacionar com pessoas do gênero oposto (heterossexualidade), se relacionar com ambos os gêneros (bissexualidade), se relacionar independente de gênero (panssexualidade) ou a falta de orientação ou desejo sexual (assexualidade).

Há não muito tempo costumava-se usar “opção sexual” para designar a identidade sexual, porém, esta ideia foi superada visto que a orientação sexual não se mostra como uma escolha consciente do indivíduo, não se pode optar por uma sexualidade.

A sexualidade é algo que faz parte da nossa identidade, portanto, algo que está permanentemente em construção, não se podendo considerar a identidade como dada ou acabada em um certo momento, não é possível a determinação de um momento específico em que a orientação sexual esteja totalmente estabelecida, assim como a identidade de gênero.⁶

Conforme Deborah Britzman:

Nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe de um lado, uma identidade sexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso,

⁵ JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. P 16. Disponível: <https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>. Acesso em 18 de set. de 2016

⁶ LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2014. p. 31

toda identidade sexual é uma construção instável e mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.⁷

O termo “opção” não foi o único erro cometido ao designar a orientação sexual de um indivíduo. O sufixo “ismo” costumava ser usado para indicar as sexualidades que – fora a heterossexualidade – eram consideradas doenças pela própria medicina, e ainda hoje é possível ouvir os termos “homossexualismo” ou “bissexualismo”.

Felizmente, em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) e, em 1990, a Organização Mundial da Saúde reconheceram o erro excluindo de forma definitiva a homossexualidade do rol de patologias.

Situações como essa servem pra reforçar o espírito discriminatório que as orientações não heterossexuais carregam sendo associadas a anomalias de comportamento e desvios de personalidade.

A regra em jogo é a da heteronormatividade, onde o ideal é a da relação homem x mulher, e, essencialmente, com a identidade de gênero em conformidade com o gênero biológico. Vive-se sob um discurso que procura padronizar comportamentos por meio da discriminação e da marginalização daqueles que fogem do modelo imposto.

2.1.3 Gênero (definição legal – Decreto nº 8.727/2016)

Para se estudar o conceito de “gênero” é fundamental traçar um paralelo com a trajetória traçada pelo feminismo.

Ao se referir ao feminismo como movimento social, primeiramente, se remete ao ocidente do século XIX, onde o movimento “sufragista” – que reivindicava o direito ao voto – ganhava força e se alastrava por diversos países. Essa então chamada “primeira onda” do

⁷ BRITZMAN, Deborah. 1996. p. 74, apud LOURO, Guacira Lopes. 2014. p. 31

feminismo contava com uma representação de mulheres brancas de classe média que lutavam por direitos ligados à organização da família e o acesso à educação e a determinadas profissões.⁸

Passado esse momento, foi no fim da década de 60 que as construções teóricas ganharam força dentro do movimento feminista com a “segunda onda”. Inserido em um contexto de efervescência e lutas sócias, o feminismo conquistava seu espaço em livros, jornais e no meio acadêmico com autoras como: Simone de Beauvoir, Betty Friedman e Kate Millett.⁹

E foi dessa militância feminista que o conceito de *gender* (gênero) passa a ser analisado alheio ao determinismo biológico e ao conceito de *sex* (sexo), para ser estudado como as construções sócias e históricas produzidas sobre os corpos sexuados.¹⁰

Uma das mais importantes teóricas acerca de gênero e fundadora da teoria *queer*, Judith Butler, em sua obra “Problemas de Gênero”, aborda essa temática a partir da ideia do gênero como construção social e do fato de se viver em um binarismo de gênero construído a partir de uma matriz heterossexual.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levado ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos.¹¹

A autora prossegue:

⁸ LOURO, 2014. p. 18-19

⁹ LOURO, 2014. p. 19-20

¹⁰ LOURO, 2014. p. 25-26

¹¹ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 9ª ed São Paulo: Civilização Brasileira, 2015. p. 26

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, como a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino.¹²

O conceito de identidade de gênero desvinculado ao determinismo biológico foi contemplado até mesmo pelo próprio ordenamento jurídico pátrio recentemente. No dia 28 de Abril de 2016, foi assinado pela presidente Dilma Rousseff o Decreto de nº 8.727 “dispondo sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.”¹³

O próprio Decreto traz o conceito de identidade de gênero como (art. 1º, II):

Dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.¹³

Isso demonstra um avanço do ordenamento jurídico em relação aos direitos dos transgêneros, uma vez que o próprio Decreto nº 8. 727 passa a reconhecer a distinção entre o “sexo” e o “gênero”, atribuindo ao gênero o aspecto de construção da identidade em relação às normas que regem o feminino e o masculino e sua interação com o meio social.

2.1.3.1 Cisgeneridade

¹² BUTLER, 2015. p. 26

¹³ BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em 20 set. de 2016

A origem exata do termo “cisgênero” é desconhecida e dificilmente pode ser determinada. Porém, há muitos anos vem sendo usado pelo ativismo trans e é cada vez mais difundido.

O dicionário Houaiss traz a definição de “cis” como: “aquém da parte de cá de’ (p.opos a trans) [...]”¹⁴, portanto, cisgênero se coloca como o oposto a transgênero, ou seja, o indivíduo cisgênero é aquele que se identifica com o gênero que lhe foi imposto socialmente.

Porém, o uso da palavra cisgênero não é consensual. Algumas das críticas talvez advenham do fato de que como o cisgênero, justamente, vê sua identidade de gênero em conformidade com seu corpo sexuado, esse não reconhece essa identidade como parte de uma construção e a encara como “natural”, como obra de um processo autêntico e puro da criação da identidade, ao contrário do indivíduo transgênero.

A autora do site *transfeminism*, Hailey Kaas, comenta no artigo “o que é cissexismo?”:

[...] ser cis é uma condição principalmente política (mas não só). A pessoa que é percebida como cis e mantém status cis em documentos oficiais não é passível de análise patologizante e nem precisa ter seu gênero legitimado. Ora, homens são homens, mulheres são mulheres e trans* são trans* correto? Não. Historicamente a ciência criou as identidades trans* (e por isso já nasceram marginalizadas), mas não criou nenhum termo para as identidades consideradas “naturais”. É por isso que a adoção do termo cis denuncia esse pseudo status natural. Nomear cis é o mesmo processo político de nomear trans*: aponta e especifica uma experiência e possibilita sua análise crítica. Nas produções acadêmicas contemporâneas, tanto das ciências médicas quanto das sociais, a identidade trans* é colocada sempre sob análise, tornando-se, compulsoriamente, objeto de crítica. Ao nomearmos xs “normais” possibilitamos o mesmo, e colocamos a categoria cis sob análise, problematizando-a. **Buscamos o efeito político de elevar o status de pessoas cis ao mesmo das pessoas trans*: se pessoas trans* são anormais e doentes mentais, pessoas cis também o são, suas identidades também não são “reais”; se pessoas cis são normais e suas identidades naturais, pessoas trans* também são normais e suas identidades tão reais quanto.**¹⁵

¹⁴ HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001

¹⁵ KAAS, Hailey. Transfeminismo. O que é cissexismo?. Disponível em: <http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/> . Acesso em: 20 set. 2016

Percebe-se, então, que a posição cis é, na verdade, privilegiada, ao ponto de que, diferente dos indivíduos trans, o ciscgênero não precisa passar por nenhum tipo de avaliação científica que ateste a veracidade de sua identidade, tampouco encontram empecilhos frente ao judiciário para formalizações e burocracias ligadas ao gênero.¹⁶

Ainda sobre a adoção do termo ciscgênero, elucida Emi Koyama:

I learned the words "cissexual," "cissexist," and "ciscgender," from trans activists who wanted to turn the table and define the words that describe non-transsexuals and non-transgenders rather than always being defined and described by them. By using the term "cissexual" and "ciscgender," they decentralize the dominant group, exposing it as merely one possible alternative rather than the "norm" against which trans people are defined.¹⁷

Finaliza-se, aos que hesitam em adotar o termo ciscgênero, com as palavras da professora Jaqueline Gomes de Jesus: “No dia em que pessoas trans tiverem os mesmos privilégios das cis, aí sim esses termos não terão mais sentido. Por enquanto, isso está bem longe de acontecer.”¹⁸

2.1.3.2 Transgeneridade

Um dos ritos mais populares em torno da gravidez é, sem dúvidas, o momento da revelação do sexo da criança. É com a preciosidade dessa informação que brinquedos, roupas

¹⁶ KAAS, Hailey

¹⁷ KOYAMA, Emi. Cissexual/Ciscgender: decentralizing the dominant group. 06 jul. 2002. Disponível em: <http://www.eminism.org/interchange/2002/20020607-wmstl.html>. Acesso em 20 set. 2016

Eu aprendi as palavras “cissexual”, “cissexista” e “ciscgênero” de ativistas trans querendo virar a mesa e definir palavras que descrevessem não-transsexuais e não-transgêneros ao invés de sempre serem definidas e descritas por eles. Ao usar o termo “cissexual” e “ciscgênero” elas descentralizaram o grupo dominante, expondo-o apenas como uma alternativa ao invés de serem a norma através da qual as pessoas trans são definidas. (tradução minha)

¹⁸ JESUS, Jaqueline Gomes de. A verdade ciscgênero. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/01/a-verdade-ciscgenero/>. Acesso em 20 set. 2016

e até jogos de roupa de cama serão comprados. Mas mais que isso, expectativas serão criadas, comportamentos esperados e modelos a serem seguidos.¹⁹

E é assim, antes mesmo do corpo vir ao mundo, que todo um plano é traçado com base no corpo sexuado da criança, e vai muito além do rosa para vagina e azul para o pênis, nos depara-se com a existência de toda uma norma para ditar o certo e o errado, o feminino e o masculino, o normal e o patológico.²⁰

Uma criança que recebe de presente bonequinhas para cuidar, dar de mamar, fogãozinho e panelinhas onde predomina a cor rosa, está sendo preparada para o sexo feminino (passiva, cuidadosa, bondosa) e que terá na maternidade o melhor e único lugar para exercer estes atributos. Ou então, se esta criança ganha revólveres, carros, bolas e outros brinquedos que estimulam a competição e exigem esforços mentais e corporais está em curso o trabalho da fabricação do corpo para o mundo público. Os brinquedos continuam o trabalho do/a médico/a que proferiu as palavras mágicas: produzem o feminino e o masculino. Funcionam como próteses indenitárias.²¹

Não existe tal coisa como um corpo completamente livre desses investimentos discursivos, a sociedade prende o destino do sujeito à genitália e o apresenta somente uma opção ao ser seguido no nascimento. Porém, os transgêneros – como o próprio nome indica – transgridem as normas de gênero e colocam em risco este processo de produção conservador.

As professoras Mirian Grossi e Simone Ávila conceituam o sujeito transgênero como: “[...] uma pessoa que sente que ele ou ela pertence ao gênero oposto, ou pertence a ambos ou nenhum dos dois sexos tradicionais, incluindo travestis, transexuais, intersexuais, *Drag Queens* e *Drag Kings*”²². Ou seja, o termo busca contemplar aqueles que não se encaixam nos ditames das normas tradicionais de gênero impostas pela sociedade, pessoas que transgridem os limites do corpo sexuado.

¹⁹ BENTO, Berenice Alves de Melo. O que é transexualidade?. São Paulo. Editora Brasiliense, 2008. p. 33-35

²⁰ BENTO, 2008. p. 35

²¹ BENTO, 2008. p. 37

²² GROSSI, Mirian; ÁVILA, Simone. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora *queer*. Disponível em: <http://nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/01/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSG%C3%8ANERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DI%C3%81SPORA-QUEER-Simone-%C3%81vila-e-Miriam-Pillar-Grossi.pdf>. Acesso em 23 set. de 2016

Em meados da década de 50, inicia-se a formação do “dispositivo da transexualidade” e o início do debate acerca do “fenômeno transexual”. Em 1949, o sexólogo David Oliver Cauldwell utilizou-se do termo “transexualpsíquico” – termo anteriormente cunhado pelo sexólogo Magnus Hirschfeld para se referir a travestis fetichistas – e esboçou uma série de características dos transgêneros ao publicar um estudo de caso de um trans masculino.²³

O endocrinologista alemão, Harry Benjamin, primeiramente, em 1953, no artigo “Transvestism and Transexualism”, e, posteriormente, em seu livro “O fenômeno transexual” (1966) – livro que forneceria as bases para o diagnóstico do “transexual verdadeiro” – rejeita totalmente a ideia de um tratamento psicoterapêutico ou psicanalítico para a transexualidade e travestismo. Benjamin argumenta ser a cirurgia de transgenitalização a única alternativa terapêutica para tais casos, contrariando muitos profissionais da psicologia, psiquiatria e psicanálise que eram hesitantes em relação a intervenções cirúrgicas (consideradas mutilações) e preferiam optar por alternativas terapêuticas.²⁴

Em 1960, começam a serem inaugurados Centros de identidades de gênero nos EUA, e, em 1967, é realizado o primeiro congresso da Harry Benjamin Association, que posteriormente viria a se chamar Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA). A HBIGDA se declarou responsável pelas diretrizes do tratamento da “disforia de gênero” – termo criado por John Money para denominar os transgêneros – e fornecer as bases para diagnosticar o “transexual verdadeiro” publicando regularmente as normas de tratamento (state of care ou SOC), instrumento ainda usado em todo o mundo para orientar profissionais acerca da transexualidade.²⁵

Existem outros documentos reconhecidos como orientadores do diagnóstico da transexualidade: o Código Internacional de Doenças (CID) e o Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM).

O Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana (APA), em 2013, lançou sua versão mais recente até o presente momento, o DSM-V, que traz algumas mudanças pequenas em relação à versão anterior para

²³ BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro. Garamond, 2006

²⁴ BENTO, 2006 , 2008

²⁵ BENTO, 2006 , 2008

diminuir o estigma que envolve indivíduos transgêneros ao retirar a terminologia “transtorno de identidade de gênero”, porém, mantendo a “disforia de gênero”.

O DSM-V subdivide os critérios para o diagnóstico em manifestações em crianças, adolescentes e adultos e conceitua a “disforia de gênero” como: “[...] sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa”.²⁶

Algumas das características percebidas em crianças, segundo o DSM-V, são: forte desejo de pertencer ao outro gênero ou insistência de que um gênero é o outro, em meninos (gênero designado), uma forte preferência por cross-dressing (travestismo) ou simulação de trajes femininos; em meninas (gênero designado), uma forte preferência por vestir somente roupas masculinas típicas e uma forte resistência a vestir roupas femininas típicas, forte preferência por brinquedos, jogos ou atividades tipicamente usados ou preferidos pelo outro gênero; em meninos (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente masculinos e forte evitação de brincadeiras agressivas e competitivas; em meninas (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente femininas e forte desgosto com a própria anatomia sexual.²⁷

Em adolescentes e adultos: forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o gênero experimentado/expresso (ou, em adolescentes jovens, desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias previstas), forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro gênero, forte desejo de ser tratado como o outro gênero (ou como algum gênero alternativo diferente do designado) e forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero (ou de algum gênero alternativo diferente do designado).²⁸

Já o CID em sua 10 versão se refere a “transexualismo” como “transtorno de identidade sexual” (código F64) juntamente com as categorias: Travestismo bivalente,

²⁶ AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM-V. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 451

²⁷ AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. 2014. p. 452

²⁸ AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. 2014. p. 453

Transtorno de identidade sexual na infância, Outros transtornos da identidade sexual e Transtorno não especificado da identidade sexual.

Como o CID não se caracteriza como manual de orientação de diagnóstico, sendo apenas um compilado de convenções médicas que estabelecem as características de doenças e as atribuem códigos, o “transexualismo” é apenas referenciado como:

“Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado”.²⁹

E, por fim, o SOC, da Associação Internacional de Disforia de Gênero Harry Benjamin, que tem como objetivo a elaboração de um consenso internacional, orientações aos profissionais, aconselhar familiares e instituições a respeito das “desordens da identidade de gênero”.³⁰

Tendo Harry Benjamin como fonte de inspiração, o SOC considera como a única alternativa de terapia possível para o “transexual verdadeiro” a cirurgia de transgenitalização. Segundo Benjamin, o transexual verdadeiro seria aquele que almeja tanto pelo status social de gênero com o qual se identifica quanto por uma vida sexual apropriada com o respectivo órgão apropriado – a heterossexualidade é, portanto, norma para determinar o homem e a mulher de verdade – vivendo um mal-estar intenso e levando-o a ansiar pela cirurgia, visto que odeia sua genitália de nascença.³¹

2.1.3.3 Possibilidades de outros gêneros

²⁹

Disponível

em:

<http://www.psiqweb.med.br/site/DefaultLimp.aspx?area=ES/VerClassificacoes&idZClassificacoes=366>. Acesso em 3 out. de 2016

³⁰ BENTO, 2008

³¹ BENJAMIN, Harry. *El fenómeno transexual* (versión española del Dr. J. fernández de Aguilar Torrez). Sevilla, 2001 apud BENTO, 2008

O debate acerca dessa dualidade de gênero vem conquistando espaço recentemente, e o mundo começa a se perguntar como a complexidade e as peculiaridades de cada um e como a noção de identidade de gênero cabem em dois conceitos tão restritos como o de homem e mulher. É um fato que não cabe.

O sistema binário já se mostrou ineficaz em contemplar todos os variados comportamentos sociais e, na verdade, acaba por cumprir um desfavor ao reproduzir estereótipos, fomentando, assim, a discriminação e o preconceitos com aqueles que não aceitam se submeter aos seus papéis de gênero.³²

Não se definir é transgredir, e transgredir é fundamental para desconstruir normas e padrões.

Inclusive, derrubar essa dicotomia de oposição é também derrubar os valores machistas, onde em um polo figura o homem – como dominante – e no outro a mulher – como submissa:

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras).

[...]

A desconstrução trabalha com essa lógica, faz perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa. A desconstrução sugere que se busque os processos e as condições que estabelecem os termos de polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita.³³

E é assim que a historiadora estadunidense Joan Scott teorizou em seu artigo “Gender: A Useful Category of Historical Analysis” em 1986, entendendo a dualidade de gênero como um demonstrativo da hierarquia homem x mulher em que vivemos:

³² DINIZ, Maíra Coraci. Direito à não discriminação: travestilidade e transexualidade. 1ª ed. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2014. p. 16

³³ LOURO, 2014, p. 36

My definition of gender has two parts and several subsets. [...] The core of the definition rests on an integral connection between two propositions: gender is a constitutive element of social relationship based on perceived differences between the sexes, and gender is a primary way of signifying relationships of power.³⁴

A ideia de gênero, então, passa a ser percebida com fragilidade, seus fundamentos estão constantemente mudando e a base sólida do binarismo passa a ser ameaçada. Essa assertiva é tão verdadeira que é possível perceber que diversas nações já estão passando por esse processo de desconstrução.

Países como Austrália, Índia e Alemanha já reconhecem oficialmente a existência de um “terceiro gênero” ou “gênero neutro”, já o estado de Nova York conta com 31 opções de gênero: bi-gendered, cross-dresser, drag king, drag queen, femme queen, female-to-male, FTM, gender bender, genderqueer, male-to-female, MTF, non-op, hijra, pangender, transexual/transexual, trans person, woman, man, butch, two-spirit, trans, agender, third sex, gender fluid, non-binary, transgender, androgyne, gender gifted, gender blender, femme, person of transgender experience e androgynous.³⁵

Não só isso, o estado de Nova York também proibiu qualquer tipo de discriminação relativa a gênero dentro do ambiente de trabalho, público ou doméstico. Isso inclui a recusa em usar o nome/pronome de preferencia do individuo, impedir alguém de usar qualquer instalações (banheiros) ou programas unissexo consistentes com seu gênero, discriminação de indivíduos que não correspondem a estereótipos de gênero, a imposição de uniformes ou normas de higiene diferenciadas baseadas no sexo ou gênero, proporcionar benefícios discriminatórios com base no gênero, levar em consideração o gênero para ponderar algum tipo de pedido para suprir uma carência e engajar-se em assédios discriminatórios ou

³⁴ SCOTT, J. W.. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. The American Historical Review. vol. 91, nº 5. (Dez., 1986), p. 1067

Tradução: Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. [...] O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

³⁵ Disponível em: http://www1.nyc.gov/assets/cchr/downloads/pdf/publications/GenderID_Card2015.pdf. Acesso em 25 set. de 2016

retaliações. As multas administrativas por alguma dessas violações podem chegar até a US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares).³⁶

Algumas pequenas mudanças podem até mesmo serem percebidas na nossa esfera pessoal. O Facebook, atualmente, além das opções de gênero tradicionais (“feminino” e “masculino”), conta, hoje, com uma ampla gama de definições como: pessoa trans, pessoa transexual, trans homem, trans mulher, transgênero, homem transexual, homem (trans), mulher transexual, cross gender, sem gênero, neutro, FtM, MtF, homem, mulher e travesti.³⁷

Quando se propõe um estudo do indivíduo sob uma ótica binária, opta-se pela exclusão de toda uma gama de diversidades e perpetuam-se os conceitos de identidade cristalizados na sociedade. Deve-se romper com os antigos paradigmas e questionar esses antigos conceitos internalizados para a criação de uma alternativa que, de fato, abranja a pluralidade de identificações.

2.2 Teóricos relevantes à temática sobre o gênero

2.2.1 Simone de Beauvoir

Simone de Beauvoir (1908-1986) é uma das precursoras em problematizar a definição de “ser mulher” e seus desdobramentos em sociedade no livro “O segundo sexo” (1949), que trouxe consigo a seguinte frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, chamando a atenção para o conjunto infundável de construções sociais que designam as mulheres:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como outro.³⁸

³⁶ Disponível em: <http://www1.nyc.gov/site/cchr/law/legal-guidances-gender-identity-expression.page>. Acesso em 25 set. 2016

³⁷ Disponível em: www.facebook.com. Acesso em 25 set. de 2016

³⁸ BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 267

O homem, para Beauvoir, se encontra em posição de sujeito universal, e a mulher figuraria no outro extremo, quase como um subproduto, que, tendo em vista a forma como seus corpos são estruturados, se encontra historicamente em posição de subordinação.

2.2.2 Roberto J. Stoller, Harry Benjamin e John Money

Robert Jesse Stoller (1924 – 1991) foi um professor de psiquiatria americano e um teórico famoso acerca de questões de gênero, e, principalmente, do campo do transgênerismo.

Stoller segue a linha freudiana de pensamento ao teorizar em sua obra “A experiência transexual” ao afirmar que a explicação para os desvios de gêneros se encontram respondidos na personalidade da mãe.

Segundo Stoller, a transexualidade nasce do desejo inconsciente que a mãe tem do de ser homem e da inveja do gênero masculino, que, ao conceber um filho, provoca uma ligação extrema com este advinda da transferência dos seus desejos para ele. A força dessa relação e a ausência da figura paterna barram a instauração do complexo de Édipo, não permitindo, assim, que o gênero da criança se desenvolva de maneira normal.³⁹

A mãe stolleriana é aquela que apresenta indicadores de comportamento feminino desviante, caracterizando-se como:

[...] eficiente, energética e dada a negócios. Veste-se de uma maneira masculina, com cabelos curtos, quase sempre usa slacks e camisas de seu marido. Ela inveja os homens e é mordaz e condescende em relação a eles, dominam situações sociais. Diz que seu casamento é infeliz, havendo uma grande distância entre ela e seu marido. Ela é, sem dúvida, quem toma as decisões na família.⁴⁰

³⁹ BENTO, 2008

⁴⁰ STOLLER, Robert. A experiência transexual. Rio de Janeiro: Imago, 1982, p. 99 apud BENTO, 2006

Segundo Berenice Bento:

O psicanalista Stoller é um radical defensor do dimorfismo. Para ele, as performances de gênero, a sexualidade, e a subjetividade são níveis constitutivos da identidade do sujeito que se apresentam colados uns aos outros. O masculino e o feminino só se encontram por intermédio da complementariedade da heterossexualidade. Quando há qualquer nível de descolamento, o terapeuta deve intervir no sentido de restabelecer a ordem e a “coerência” entre corpo, gênero e sexualidade. É esse mapa que fornecerá as bases fundamentais para a construção do seu diagnóstico.⁴¹

O DMS encontra-se em consonância com o pensamento de Stoller, que enxerga na alternativa terapêutica um possível bloqueador do desenvolvimento da transexualidade diagnosticada em crianças, destoando da visão de Harry Benjamin e do SOC, que acreditam na cirurgia de transgenitalização.

De fato, Stoller é um grande defensor do tratamento terapêutico em crianças e acredita que os pedidos de mudança de sexo dos chamados “transexuais verdadeiros” na idade adulta advém da omissão de acompanhamento de um analista na infância. A tarefa desse terapeuta consistirá em induzir o complexo de Édipo na criança para que um desenvolvimento normal da masculinidade e da feminilidade aflore.

Esse chamado “complexo de Édipo terapeuticamente induzido” consiste em ressaltar elementos estruturantes da identidade masculina hegemônica, ressaltar o pênis como diferenciador entre feminino e masculino, além de elemento de sua condição de superioridade, encorajando comportamentos violentos, misoginia, homofobia e desenvolvendo uma hostilidade pela figura da mãe⁴²:

Os meninos começam a valorizar seu pênis (por exemplo, ele passa a ficar em pé pra urinar, quando antes sentava); desenvolvem fobias; atacam fisicamente mulheres – bonecas e meninas, sendo o prazer mais, mais que a raiva, o afeto dominante; aparecem brincadeiras muito mais intrusivas, tais como atirar e acertar bolas em suas mães

[...]

⁴¹ BENTO, 2008, p. 101

⁴² BENTO, 2006

o que deixará o homem normal com uma quantidade apenas microscópica de perversão será uma mãe feminina que aprecie a heterossexualidade e a masculinidade (em homem), e um pai masculino que aprecie a heterossexualidade e a feminilidade (em mulheres), ou seja, pais que possam resolver o conflito edipiano do menino.⁴³

O Sexólogo alemão (erradicado nos EUA) Harry Benjamin (1885 – 1986) tinha sua própria visão acerca da transexualidade. Para Benjamin, o ser humano não é composto por um “sexo”, mas vários: o cromossômico, o gonádico, o fenotípico, o psicológico e o jurídico, porém, é o cromossômico que irá determinar o sexo e o gênero do indivíduo. Contudo, é o sexo biológico que se mostra o mais flexível, e é dele que nascerá o “fenômeno transexual”.⁴⁴

Benjamin foi um dos responsáveis por diferenciar a transexualidade de outras ditas “enfermidades” como a homossexualidade e o travestilidade, além de elaborar uma tabela para o auxílio de profissionais que se deparam com diferentes níveis de desorientação sexual e de gênero, a qual chamou de *Sex Orientation Scale* (S.O.S)⁴⁵ e que continha seis diferentes modalidades: pseudo travesti, travesti fetichista, travesti verdadeiro, transexual não cirúrgico, transexual de intensidade moderada e transexual de alta intensidade.⁴⁶

Para Benjamin, o verdadeiro transexual é aquele fundamentalmente assexuado que sonha pelo corpo feminino/masculino obtido por meio da cirurgia, esse indivíduo vive uma inversão psicossocial total, vive sob um intenso mal estar de gênero, odeia seus órgãos de nascimento, porta-se socialmente como do gênero com o qual se identifica (experiência essa que é incompleta sem a cirurgia) e deseja intensamente manter relações com homens “normais” ou mulheres “normais”.⁴⁷

Outro importante psicanalista a trabalhar a temática “gênero”, contemporâneo aos demais, foi John William Money (1932-2006), professor de psicopediatria do Hospital Universitário John Hopkins, em Nova York. Money foi precursor ao definir um conceito de

⁴³ BENTO, 2006 apud STOLLER, Robert. A experiencia transsexual. Rio de Janeiro: Imago, 1982, p. 29, 125

⁴⁴ BENTO, 2006

⁴⁵ HARRY, Benjamin. The transsexual phenomenon. Symposium Publishing, Düsseldorf, 1999. Disponível em: <http://www.mut23.de/texte/Harry%20Benjamin%20-%20The%20Transsexual%20Phenomenon.pdf>. Acesso em 5 out. de 2016

⁴⁶ BENTO, 2006

⁴⁷ BENTO, 2006

“gênero” aplicado à clínica psicológica e de identidade de gênero, além de responsável por fazer a distinção entre sexo e gênero, influenciando uma série de estudos até os dias de hoje.

A tese de Money era fundada na teoria de que o desenvolvimento psicossocial não passava de uma extensão do desenvolvimento embrionário do sexo: “[...] não eram da determinação do social sobre o natural, mas de como o social, mediante o uso da ciência e das instituições, poderia fazer com que a diferença dos sexos, que Money considerava natural, fosse assegurada”.⁴⁸

As formulações sobre a pertinência de intervenções nos corpos ambíguos dos intersexos e dos transexuais terão como matriz comum a tese da heterossexualidade natural dos corpos. Embora as teorias de Money tivessem como foco empírico principalmente as cirurgias de definição de um sexo em bebês hermafroditas, suas teses terão um peso fundamental na formulação do dispositivo da transexualidade, principalmente nas teses da HBGDA (Associação Internacional Harry Benjamin de Disforia de Gênero).⁴⁹

De fato, Money foi considerado referência no tratamento de crianças com genitália ambígua na época, o que deu origem a um dos casos mais famosos envolvendo doutrinação de gênero, o caso de Davis Reimer (Brenda e Bruce Reimer).

Janet e John Reimer, residentes da pequena cidade de Winnipeg, nos EUA, deram à luz aos gêmeos Brian e Bruce no ano de 1965. Aos 8 meses de idade, os bebês foram diagnosticados com fimose e levados ao hospital para serem submetidos a uma circuncisão. O procedimento acabou por destruir completamente o pênis de Brian. Após tomarem conhecimento dos preceitos de Money a respeito de identidade de gênero, Brian começou a frequentar o consultório do psicólogo, que indicou a cirurgia de mudança de sexo e

⁴⁸ BENTO, Berenice. Aproximações históricas com a transexualidade. In. GROSSI, Mirian Pillar (Org.); SCHWABE, Elisete (Org.). Política e cotidiano : estudos antropológicos sobre o gênero, família e sexualidade. Blumenau: Nova Letra, 2006. p 121

⁴⁹ BENTO, 2006, p 122

“transformou” Brian em uma menina, Brenda. As orientações foram que os pais o educassem como uma menina, sem fazer qualquer menção aos fatos ocorridos.⁵⁰

Money ficou entusiasmado com a oportunidade - como defensor ávido da teoria de que o comportamento entre os sexos era decorrente de fatores socioculturais e não biológicos - a possibilidade de trabalhar com uma cobaia humana com um grupo de controle perfeito, seu irmão gêmeo, deixou Money confiante nos resultados positivos.⁵¹

John Money ganhou muita notoriedade afirmando que o experimento havia sido um sucesso, o que não podia estar mais longe da realidade. Posteriormente, a verdade veio à tona e Money foi acusado de submeter os gêmeos a sessões profundamente traumáticas onde lhes mostrava conteúdo sexualmente explícito e os fazia encenarem posições de coito.⁵²

Aos 14 anos, a verdade foi revelada para “Brenda”, que se engajou em uma busca para reverter os procedimentos: inúmeras cirurgias para recompor a genitália masculina e a colocação de próteses, retirar os seios (consequências das aplicações de estrógeno) e tratamentos hormonais para masculinizar sua fisionomia. Assim nascia “David”, que se recusou a assumir o nome de nascença, e que, infelizmente, cometeu suicídio aos 38 anos de idade, após se divorciar da esposa.⁵³

2.2.3 Judith Butler e Joan Scott

Judith Butler, filósofa norte-americana, é talvez uma das mais importantes teóricas das questões feministas e de gênero da história. Como já dito, Butler se apoia na teoria de que “gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado”⁵⁴, traçando, assim, um diferencial entre gênero – construção social – e o sexo em si – corpo sexuado –, reconhecendo a independência de um sobre o outro.

⁵⁰ TELLES, Sérgio. Psicicanálise em debate: o caso de David Reimer e a questão da identidade de gênero, *Psychiatry on line Brasil*, vol. 9, nº 6, junho de 2004. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano04/psi0604.php>. Acesso em: 13 set. de 2013

⁵¹ TELLES, Sérgio. 2004.

⁵² TELLES, Sérgio. 2004.

⁵³ TELLES, Sérgio. 2004.

⁵⁴ BUTLER, 2015, p. 26.

Butler é uma forte crítica do binarismo, que, segundo a mesma, se encontra estabilizado e seguro no plano pré-discursivo, nos mantendo no domínio da dualidade de sexo e negando a natureza volátil e de eterna construção e reinvenção da identidade, onde o gênero, na verdade, assume o papel de norma, eternizando velhas relações de poder.⁵⁵

Tais estudos seriam denominados como teoria queer. Butler definirá queer como:

O termo queer surge como uma interpelação que discute a questão da força e da oposição, da estabilidade e da variabilidade no seio da performatividade. Este termo tem operado como uma prática linguística cujo propósito tem sido o da degradação do sujeito a que se refere, ou melhor, a constituição desse sujeito mediante esse apelativo degradante. Queer adquire todo seu poder precariamente através da evocação reiterada que o relaciona com acusações patológicas e insultos⁵⁶

O queer propõe, então, a subversão da matriz heterossexual (cis-heterossexual) em que se vive, a transgressão contra a ditadura que pressupõe coerência entre os corpos sexuados, gênero e sexualidade.

Entrevistada pelo jornal “Folha de S. Paulo” em setembro de 2015, em visita ao Brasil para o 1º Seminário Queer, ao ser questionada sobre a influência que as novas lutas e as conquistas transgêneras e intersexuais tem sobre seu trabalho, Butler esclarece:

Tenho tido discussões interessantes com ambos os grupos. Ativistas intersexuais têm visões variadas, e alguns estão furiosos com uma versão da teoria queer que questiona o binarismo homem-mulher. Achem importante ter uma designação clara de gênero, especialmente para crianças intersexuais que querem poder se identificar e serem reconhecidas entre seus pares. Da mesma forma, algumas pessoas transexuais argumentam que a teoria queer faz do gênero algo volitivo, e ao menos alguns dizem que seu sentimento de gênero pode ser tão profundamente consolidado a ponto de merecer ser chamado "inato".

Para aqueles que argumentam nesse sentido, a teoria queer é orientada demais para uma escolha livre e uma construção social. Essas visões são

⁵⁵ BUTLER, 2015

⁵⁶ BUTLER, Judith. “Críticamente subversiva”. In: JIMENEZ, Rafael M. Mérida (org.). Sexualidades transgressoras: uma antologia de estudos queer. Barcelona: Icaria. 2002. apud BENTO, Berenice, 2006. Tradução: Berenice Bento

importantes. Claro que há pessoas trans que contestam o binarismo homem-mulher. E existem intersexuais que pedem um terceiro gênero ou uma maneira de marcar seu status intersticial. Então não há visões únicas em nenhuma das comunidades.

Um ponto para o qual venho chamando atenção é que designação de gênero é algo que nos acontece. É uma interpelação a contragosto. E, nesse sentido, a construção social do gênero sempre começa de modo radicalmente involuntário. Pode-se debater quais aspectos do gênero são inatos ou adquiridos, mas é mais importante reconhecer o efeito involuntário da designação de gênero e a resistência profundamente consolidada [de alguns] a tal designação. Essa resistência pode ser crucial para a sobrevivência e conformar um preceito básico da identidade de alguém.

Eu aceito que algumas pessoas tenham um sentimento profundo de seu gênero e que isso deva ser respeitado. Eu não sei explicar esse sentimento profundo, mas ele existe para muitos. Pode ser uma limitação para minha análise eu pessoalmente não ter esse sentimento profundo de gênero. Pode ser que essa ausência seja o que motivou minha teoria.⁵⁷

A historiadora norte-americana Joan Scott também foi uma forte crítica do sistema de oposição binário e importante teórica dos estudos sobre gênero. Apoiando-se nos preceitos teóricos de Michel Foucault, Scott define gênero como sendo algo intimamente ligado a relações de poder, uma maneira de hierarquizar as diferenças sexuais.

Segundo Leciona Berenice Bento:

Para Scott, "gênero" deve ser construído como uma categoria analítica, como um instrumento metodológico para o entendimento da construção, da reprodução e das mudanças das identidades de gênero. A autora propõe um conceito que visa a abordar gênero a partir de uma ótica mais sistêmica, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a necessidade de os cientistas tornarem-se mais autoconscientes da distinção entre o vocabulário analítico e o material estudado.

A tarefa desse instrumental analítico seria fazer perguntas que apontassem os processos históricos que se articulam para formar determinadas configurações das relações entre os gêneros, retirando a aparente

⁵⁷ BUTLER, Judith. Sem medo de fazer gênero: entrevista com a filósofa americana Judith Butler. Folha de S. Paulo. 20 set. de 2015. Entrevista concedida a Úrsula Passos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/09/1683172-sem-medo-de-fazer-genero-entrevista-com-a-filosofa-americana-judith-butler.shtml>. Acesso em: 15 set. de 2016

atemporalidade que estrutura a relação binária e hierárquica como fatos naturais.⁵⁸

A autora não nega as dessemelhanças entre os corpos sexuais, seu foco são os significados culturais atribuídos a esses corpos e a maneira com que são categorizados, porém, propõe uma análise que torne viável a dissociação do conceito de gênero com o material. Um escape dos estudos essencialmente descritivos a respeito das mulheres, e a adoção de uma abordagem analítica.

⁵⁸ BENTO, 2006, p. 75

3 DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA PERSONALIDADE RELATIVOS AO GÊNERO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

3.1 A pessoa humana e os direitos fundamentais na Constituição Federal

Os direitos individuais do homem são datados desde a antiguidade, onde alguns mecanismos para proteção frente ao Estado são do terceiro milênio a.C., no antigo Egito e na Mesopotâmia. Em torno de 1960 a.C. é que se tem registros da provável primeira codificação em matéria de direitos comuns a todos os homens - vida, propriedade, honra, dignidade, família e supremacia da lei em relação aos governantes -, o notório Código de Hamurabi. No entanto, a tutela dos direitos individuais se consagra como um complexo mecanismo visando à tutela dos direitos individuais diante do poder e do arbítrio estatal com o Direito Romano, proclamador da liberdade, da propriedade e da proteção do direito dos cidadãos.⁵⁹

Grandes obras dos direitos humanos fundamentais também se encontram nos Códigos Ingleses, destacando-se entre eles: a *Magna Carta Libertatum* (1215), a *Petition of Right* (1628), o *Habeas Corpus Act* (1679), o *Bill of Rights* (1689) e o *Act of Settlement* (1701). Outros documentos históricos válidos a serem mencionados são criados a partir da Revolução dos Estados Unidos da América: Declaração dos Direitos da Virgínea (1776), Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (1776) e Constituição dos Estados Unidos da América (1787).⁶⁰

Mas o ápice normativo dos direitos humanos fundamentais se deu na França com a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que contava com a previsão de direitos como: princípio da igualdade, liberdade, propriedade, segurança, resistência à opressão, associação política, princípio da legalidade, princípio da reserva legal e anterioridade, princípio da presunção de inocência, liberdade religiosa e livre manifestação de pensamento.⁶¹

⁵⁹ MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011

⁶⁰ MORAES, 2011

⁶¹ MORAES. 2011

É perceptível, então, que a própria ideia de direitos fundamentais é mais antiga que o próprio constitucionalismo e nem sempre esteve assegurada em documentos escritos e, atualmente, se mostra inegavelmente necessária a qualquer Constituição, garantindo a dignidade humana e a limitação do poder estatal.⁶²

A constitucionalização das garantias fundamentais não deve ser entendida como mera positivação de princípios, mas uma garantia a qualquer indivíduo que queira exigir sua tutela frente ao Estado, destacando-se a importância do poder judiciário no papel de garantir o respeito e a aplicabilidade de tais direitos.⁶³

As Constituições brasileiras sempre contaram, de certa maneira, com declarações dos direitos dos homens brasileiros e estrangeiros residindo no País. A primeira Constituição, em 1824 – do Império do Brasil –, contava com extenso rol de direitos humanos fundamentais divididos em 35 incisos (art. 179). A primeira Constituição republicana, em 1891, contava com uma *Declaração de Direitos*, cujo propósito era a inviolabilidade de direitos ligados à liberdade, à segurança e à propriedade, além de algumas garantias funcionais militares.⁶⁴

A Constituição de 1934 inaugura o modelo de *Declaração de Direitos* não contendo apenas os direitos e as garantias individuais, mas, também, os direitos e as garantias de nacionalidade e políticos, servindo de exemplo para as Constituições seguintes, com exceção da Carta ditatorial de 1937, cujo conteúdo e aplicação, vergonhosamente, desrespeitavam os direitos do homem.⁶⁵

Influenciada por uma tendência da época, a Constituição de 1946 previa diversos direitos sociais relativos aos trabalhadores e aos empregados, modelo seguido pela Constituição de 1967, que também contou com um artigo prevendo direitos sociais aos trabalhadores visando à melhoria de suas condições sociais.⁶⁶

⁶² MORAES, 2011

⁶³ MORAES, 2011

⁶⁴ SILVA, Afonso José da. Curso de direito constitucional positivo. 38ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015

⁶⁵ SILVA, 2015

⁶⁶ MORAES, 2011

Leciona Alexandre de Mores que existe uma vasta gama de teorias criadas para justificar e esclarecer o fundamento dos direitos humanos, dando-se destaque para três delas: teoria jusnaturalista, teoria positivista e teoria moralista (de Perelman).⁶⁷

A teoria jusnaturalista parte do pressuposto de que os direitos humanos advêm de uma ordem superior, universal e irrevogável, sendo inerente à consciência humana, não criação dos legisladores, juristas ou tribunais.⁶⁸

Já a teoria positivista, em outro extremo, respalda a existência dos direitos humanos por meio de uma ordem normativa representando a própria manifestação legítima da soberania da população, portanto, são somente os direitos fundamentais aqueles previstos normativamente no ordenamento jurídico.⁶⁹

Por último, a teoria moralista crê que a própria experiência e consciência moral de uma população específica é o que dará origem aos direitos fundamentais.⁷⁰

O professor Alexandre de Moraes argumenta por uma coexistência das teorias afim destas se completarem, afinal, nenhuma abrange a importância e a complexidade dos direitos fundamentais, demonstrando o caráter interdisciplinar do estudo dos direitos humanos como uma relação entre direito, filosofia, política, história, sociologia, economia e medicina.

Moraes também traz a definição de direitos humanos fundamentais como:

O conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio estatal, e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana [...]⁷¹

Ressalta-se que esses direitos encontram-se hierarquicamente superiores a outras normas jurídicas e apresentam uma série de características próprias: imprescritibilidade,

⁶⁷ MORAES, 2011

⁶⁸ MORAES, 2011

⁶⁹ MORAES, 2011

⁷⁰ MORAES, 2011

⁷¹ MORAES, 2011, p. 20

inalienabilidade, irrenunciabilidade, inviolabilidade, universalidade, efetividade, interdependência, complementariedade.⁷²

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 divide os direitos e as garantias fundamentais (Título II) em cinco capítulos: direitos individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos e partidos políticos, e isso determinou uma classificação:

Direitos individuais e coletivos – correspondem aos direitos diretamente ligados ao conceito de pessoa humana e de sua própria personalidade, como por exemplo: vida, dignidade, honra, liberdade. Basicamente a Constituição de 1988 os prevê no art. 5º [...]

Direitos sociais – caracterizam-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, que configura um dos fundamentos de nosso Estado Democrático, conforme preleciona o art. 1º, IV. A Constituição Federal consagra os direitos sociais a partir do art. 6º;

Direitos de nacionalidade – nacionalidade é o vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo determinado estado, fazendo deste indivíduo um componente do povo, da dimensão pessoal deste Estado, capacitando-o a exigir sua proteção e sujeitando-o ao cumprimento de deveres impostos;

Direitos políticos – conjunto de regras que disciplinam as formas de atuação da soberania popular. São direitos públicos subjetivos que investem o indivíduo no *status activea civitatis*, permitindo-lhe o exercício concreto da liberdade de participação nos negócios políticos do Estado, de uma maneira a conferir os atributos da cidadania. Tais normas constituem um desdobramento do princípio democrático inscrito no art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal, que afirma que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. A constituição regulamenta os direitos políticos no art. 14;

Direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos – a Constituição Federal regulamentou os partidos políticos como instrumentos necessários e importantes para preservação do Estado Democrático de Direito, assegurando-lhe autonomia e plena liberdade de atuação, para concretizar o sistema representativo.⁷³

Assim como o ordenamento jurídico como um todo, a Constituição também é regida por uma série de princípios, valores incorporados ao direito que ocupam o mais alto posto da

⁷² MORAES, 2011

⁷³ MORAES, 2011, p. 23-24

escala normativa, vinculando o intérprete na aplicação do direito e atuando como fonte primária da concretização do direito.⁷⁴

O próprio preâmbulo da Constituição deixa clara a garantia de um Estado Democrático assegurando: “[...] exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social [...]”.⁷⁵

Logo em seguida, a Constituição já deixa claros os seus fundamentos (art. 1º) e objetivos (art. 3º):

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

[...]

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

⁷⁴ PEIXINHO, Manoel Messias. A interpretação da constituição e os princípios fundamentais. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

⁷⁵ PEIXINHO, 2015

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.⁷⁶

Retira-se dessa passagem um dos mais importes, se não o mais importante, princípio norteador da Constituição, o princípio da dignidade da pessoa humana. Esse princípio traz consigo uma concepção dupla: a previsão de um direito individual protetivo - tanto em relação ao Estado quanto em relação a outros indivíduos – ao mesmo tempo que designa verdadeiro dever fundamental de tratamento igualitário dos próprios semelhantes. O princípio da dignidade da pessoa humana deu origem a uma série de outros princípios consagrados como fundamentos da República Federativa do Brasil, como: o direito à vida privada, à intimidade, à honra, à imagem, dentre outros.⁷⁷

Comenta Luiz Alberto David Araujo sobre a situação dos transgêneros aplicada à luz da dignidade da pessoa humana:

Manter uma pessoa em tal conflito é condená-la ao martírio, por confirmar a sua condição de marginal. Essa situação atende ao princípio da dignidade da pessoa humana? Seria digno exigir do Estado o impedimento da felicidade de um indivíduo? O transexual deve permanecer em seu conflito pelo resto da vida? O Estado, enquanto organização política, tem como finalidade manter esse indivíduo em permanente grau de infelicidade?⁷⁸

É dever do estado, então, garantir uma vida digna, livre de preconceitos, a vida em sociedade deve permitir que o indivíduo alcance a felicidade e o bem estar. Isso se estende ao poder judiciário ao analisar pedidos decidindo pela possibilidade de cirurgia de transgenitalização ou retificação de documentos no caso dos transgêneros, tendo que vista que também é sua obrigação fazer qualquer ponderação sob o condão da dignidade da pessoa

⁷⁶ BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 20 out. de 2016

⁷⁷ MORAES, 2011

⁷⁸ ARAUJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional do transexual. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 105

humana e visando ao fim da infelicidade e da angústia gerada por essa situação de desencontro de identidade.⁷⁹

Outro princípio inerente à Constituição e de suma importância para a discussão do tema é o princípio da igualdade. Esse princípio age sob o fundamento de que todos os cidadãos têm direito de tratamento idêntico pela lei, vedando-se, assim, qualquer diferenciação arbitrária ou discriminações, não se confundindo com o tratamento desigual para os desiguais, afinal, esta ideia é intrínseca ao próprio conceito de justiça.⁸⁰

O princípio da igualdade exerce seu poder limitador sobre várias instâncias: limitação ao legislador, ao intérprete/autoridade pública e ao particular. Qualquer norma que dê origem a diferenciações abusivas ou arbitrárias será de flagrante inconstitucionalidade. A aplicação da lei (em especial pelo Poder Judiciário) não poderá se dar de forma discriminatória, de forma que aumente a desigualdade. E, por fim, será responsabilizado penal e civilmente o particular que se pautar por condutas discriminatórias, preconceituosas ou racistas.⁸¹

O texto constitucional traz algumas passagens expressas do princípio da igualdade. No art. 3º, IV, onde estão dispostos os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, está: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Já o art. 5º, *caput*, prevê expressamente que: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Além disso, diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil e qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência também são vedados, segundo o art. 7º, XXX e XXXI.⁸²

Em matéria de gênero, um dos preceitos que talvez ganhe mais destaque seja o art. 3º, IV, da Constituição Federal: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. A princípio, em relação ao gênero, há uma ideia de proteção que se restringe às mulheres, entendendo-se aquelas que

⁷⁹ ARAUJO, 2000

⁸⁰ MORAES, 2011

⁸¹ MORAES, 2011

⁸² SILVA, 2015

nascem com esse sexo biológico, porém, as normas fundamentais devem ser interpretadas da maneira mais ampla possível, desta maneira, por sexo deve ser entendido tanto o biológico quanto o psicológico e a orientação sexual⁸³:

A correta compreensão do que seja discriminação por motivos de sexo é de grande relevância, uma vez que a Constituição exige que a solução jurídica deste litígio seja aquela que confira, simultaneamente, a maior eficácia possível aos direitos fundamentais. Assim sendo, a compreensão da proibição da discriminação sexual deve adotar a extensão mais apta a contemplar a força normativa da Constituição como um todo. Isso significa que a proibição da discriminação por motivos de sexo alcança diversas manifestações: os tratamentos desfavoráveis experimentados por heterossexuais em virtude de seu sexo biológico e gênero, por homossexuais em virtude de sua orientação sexual e por travestis e transexuais em virtude de sua identidade de gênero.⁸⁴

Em relação ao preceito da igualdade aplicado à orientação sexual ou à identidade de gênero, a mentalidade é ainda muito retrógrada e impregnada por ponderações de cunho religioso.

Comenta José Afonso da Silva:

A questão mais debatida feriu-se em relação à discriminação dos homossexuais. Tentou-se introduzir uma norma que a vedasse claramente, mas não se encontrou uma expressão nítida e devidamente definida que não gerasse extrapolações inconvenientes. Uma delas fora conceder igualdade, sem discriminação de orientação sexual, reconhecendo, assim, na verdade, não apenas a igualdade, mas igualmente a liberdade de as pessoas de ambos os sexos adotarem a orientação sexual que quisessem. Teve-se receio de que essa expressão albergasse deformações judiciais a terceiros. Daí opta-se por vedar distinções de qualquer natureza e qualquer forma de discriminação, que são suficientemente abrangentes para recolher também aqueles fatores, que tem servido de base para desequiparações e preconceitos.⁸⁵

⁸³ DINIZ, 2014

⁸⁴ RIOS, Roger Raupp. Direito da antediscriminação, sexo, sexualidade e gênero: a compreensão da proibição constitucional de discriminação por motivo de sexo. In: PIOVESAN, Flávia et al. (orgs.). Igualdade, diferença e direitos humanos, p. 710 apud DINIZ, 2014

⁸⁵ SILVA, 2015, p. 226

Em um Estado teoricamente laico, é alarmante que uma maioria religiosa ainda continue impondo seus dogmas para a sociedade e afastando a criação de uma sociedade pluralista e efetivamente igualitária. A consolidação de um Estado Democrático de Direito vem sendo retida por grupos religiosos que atuam em diversas instâncias de poder e não abdicaram da intenção de fazer prevalecer a sua concepção moral, mesmo que essa venha carregada de conteúdo discriminatório e exclua diversos setores de minorias da sociedade.⁸⁶

É papel da Constituição, então, a proteção e a garantia dos direitos e das garantias fundamentais de toda população e garantir a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza⁸⁷. No entanto, na prática, percebemos que a Constituição, além de outras normas do ordenamento jurídico brasileiro, se encontra fundada em raízes heteronormativas e glorificando a normalidade sexual (binarismo homem-masculino x mulher-feminina) em desrespeito direto à dignidade da pessoa humana, o próprio pilar que promete defender.⁸⁸

É inadmissível que o Estado opere de maneira discriminatória, portanto, imprescindível então o estudo das normas constitucionais para adentrar ao tema do respeito à identidade e para a superação das normas de gênero, uma vez que estão completamente ligadas ao contexto da dignidade da pessoa humana.⁸⁹

É nítido que nenhum Estado Democrático de Direito jamais deve agir de maneira discriminatória com qualquer grupo social, sobretudo fundado em critérios supérfluos como orientação sexual ou identidade de gênero, que se caracterizam como seres humanos detentores de garantias fundamentais assim como os demais. Marginalizar aqueles que não são inseridos automaticamente ao status de normalidade convencionado socialmente é a negação total do princípio da dignidade da pessoa humana.⁹⁰

A falta de atenção que o ordenamento jurídico tem conferido aos excluídos só demonstra a escolha que o Estado em feito em ignorar e descartar essas minorias, em especial grupos sociais como os transgêneros e os intersexuais, que passam totalmente em branco pela

⁸⁶ CUNHA, 2015

⁸⁷ BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 20 out. de 2016

⁸⁸ CUNHA, Leandro Reinaldo da. Identidade e redesignação de gênero: aspectos da personalidade, da família e da responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2015

⁸⁹ CUNHA, 2015

⁹⁰ CUNHA, 2015

legislação pátria, que não lhes confere a menor proteção em prol da cisnormalidade imperativa.⁹¹

Somente uma sociedade que batalhe por garantias universais – dignidade da pessoa humana, liberdade, justiça e igualdade - a todos os indivíduos, lutando pelo fim da marginalização fundada em sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou cor da pele, alcançará o status de um real Estado Democrático de Direito com fundamento no acesso de uma vida digna visando à felicidade.⁹²

3.2 Direitos da personalidade relativos ao gênero

Os direitos da personalidade são direitos subjetivos intimamente ligados à proteção da personalidade e encontram base na dignidade da pessoal humana (art. 1º, III, da Constituição Federal)⁹³. Leciona a jurista Maria Helena Diniz: “O direito a personalidade é o direito da pessoa defender o que lhe é próprio, como a vida, a identidade, a liberdade, a imagem, a privacidade, a honra, etc”⁹⁴.

Tais direitos são intimamente ligados ao ser e incidem sobre bens imateriais e incorpóreos, não apresentando, então, natureza patrimonial e econômica. Apresentam-se como direitos privados e fundamentais divididos entre a Constituição, a qual apresenta a base desses direitos, e o Código Civil, que os apresenta de maneira mais específica.⁹⁵

Existem duas correntes distintas dentro dos direitos da personalidade: a corrente naturalista e a corrente positivista.

A corrente naturalista acreditam que os direitos personalíssimos são inerentes à própria existência humana, configurando-se como direitos inatos e correspondentes a

⁹¹ CUNHA, 2015

⁹² CUNHA, 2015

⁹³ VIEIRA, Mônica Silveira. Direito ao corpo: modificações corporais, limites de disponibilidade e responsabilidade. Curitiba: Juruá, 2015

⁹⁴ DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, volume I: teoria geral do direito civil. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 135-136

⁹⁵ VENOSA. Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 14ª ed. São Paulo: Atlas. 2014

faculdades naturalmente exercidas pelo homem. Já a corrente contrária, positivista, acredita que os direitos da personalidade se limitam aos direitos positivados pelo Estado, ou seja, reconhecidos e possuidores de força jurídica, negando a ideia do inatismo.⁹⁶

No âmbito mundial, tem-se notícia da tutela jurídica da personalidade datada da Antiguidade, onde já na antiga Roma e Grécia ofensas físicas e morais eram punidas. Posteriormente, a Declaração dos Direitos de 1789 teve o importante papel de impelir a defesa dos direitos individuais e a valorização da pessoa humana e da liberdade do cidadão. Os grandes males causados pela Segunda Guerra Mundial deram especial protagonismo aos direitos da personalidade, que tiveram sua importância reconhecida ao serem resgatados na Assembleia Geral da ONU (1948), na Convenção Europeia (1950) e no Pacto Internacional das Nações Unidas.⁹⁷

No Brasil, a disciplina ganhou real importância com o art 5º da Constituição, em especial o inciso X: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”⁹⁸, além do Código Civil de 2002, que dedica um capítulo inteiro ao tema e versa, em seu art. 11: “Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária”.⁹⁹

Os direitos da personalidade contam com uma série de características, são elas: absolutos, intransmissíveis, indisponíveis, irrenunciáveis, ilimitados, imprescritíveis, impenhoráveis e inexpropriáveis. Portanto, são absolutos, uma vez que são oponíveis *erga omnes*. Extrapatrimoniais, por não serem sujeitos a aferição econômica. Intransmissíveis já que não podem ser transmitidos a outrem, de fato, não podem ser usufruídos em nome de outra pessoa, bem como: a vida, a liberdade, a honra etc. Sua indisponibilidade não tem caráter absoluto, pessoas famosas que exploram sua imagem são um exemplo disso. São irrenunciáveis, uma vez que não ultrapassam a esfera do titular. Impenhoráveis e imprescritíveis, não são sujeitos à penhora e não se extinguem pelo uso ou inércia. São,

⁹⁶ VENOSA, 2014

⁹⁷ DINIZ, 2013

⁹⁸ BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 21 out. de 2016

⁹⁹ BRASIL. Código Civil de 2002. Promulgado em 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 21 out. de 2016

também, necessários e inexpropriáveis, adquiridos no instante da própria concepção, inatos, inseparáveis do ser e inerentes à qualidade humana, terminando, em regra, somente com o óbito do seu titular. E, por fim, ilimitados, é impossível o cálculo exato de direitos da personalidade.¹⁰⁰

Quanto à classificação dos direitos fundamentais, Maria Helena Diniz cita a estrutura de R. Limongi França:

Os direitos da personalidade são direitos de defender: 1) a integridade física: a vida, os alimentos, o próprio corpo vivo ou morto, o corpo alheio vivo ou morto, as partes separadas do corpo vivo ou morto (CF, art. 199, § 4º, Lei n. 9.434/97 e Dec. N. 2.268/97, que a regulamenta; CC, arts. 13, 14 e 15; Lei n. 8.069/90, art. 33, § 4º, acrescentado pela Lei n. 12.010/2009; Portaria n. 1.376/93 do Ministério da Saúde); 2) a integridade intelectual: a liberdade de pensamento (RT, 210:411, 401:409), a autoria científica, artística, literária; 3) a integridade moral: a liberdade civil, política, religiosa, a honra (RF, 63:174, 67:217, 85:483), a honorificência, o recato, a segredo pessoal, doméstico, e profissional (RT, 330:809, 339:518, 521:513, 523:438, 567:305; CC, art. 21), a imagem (RT, 570:177, 576:249, 600:69, 623:61; CC, art. 20) e a identidade pessoal (CC, arts. 16, 17, 18, 19), familiar, e social.¹⁰¹

Ainda prossegue com a divisão quanto ao critério dos aspectos fundamentais da personalidade feita também por Limongi França:

1) Direito à integridade física: 1.1) Direito à vida: a) à concepção e à descendência (gene artificial, inseminação artificial, inseminação de proveta, etc.); b) ao nascimento (aborto); c) ao leite materno; d) ao planejamento familiar (limitação de filhos, esterilização masculina e feminina, pílulas e suas consequências); e) à proteção do menor (pela família e sociedade); f) à alimentação; g) à habitação; h) à educação; i) ao trabalho; j) ao transporte adequado; k) à segurança física; l) ao aspecto físico da estética humana; m) à proteção médica e hospitalar; n) ao meio ambiente ecológico; o) ao sossego; p) ao lazer; q) ao desenvolvimento vocacional profissional; r) ao desenvolvimento vocacional artístico; s) à liberdade; t) ao prolongamento artificial da vida; u) à reanimação; v) à velhice digna; w) relativos ao problema da eutanásia. 1.2) Direito ao corpo vivo: a) ao espermatozoide e ao

¹⁰⁰ DINIZ, 2013

¹⁰¹ FRANÇA, R. Limongi. Coordenadas fundamentais dos direitos da personalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1983 apud DINIZ, 2013

óvulo; b) ao uso do útero para procriação alheia; c) ao exame médico; d) à transfusão de sangue; e) à alienação de sangue; f) ao transplante; g) relativos a experiência científica; h) ao transexualismo; i) relativos à mudança artificial do sexo; j) ao débito conjugal; k) à liberdade física; l) ao “passe” esportivo. 1.3) Direito ao corpo morto: a) ao sepulcro; b) à cremação; c) à utilização científica; d) relativos ao transplante; e) ao culto religioso. 2) Direito à integridade intelectual: a) à liberdade de pensamento; b) de autor; c) de inventor; d) de esportista; e) de esportista particular de espetáculo público. 3) Direito à integridade moral: a) à liberdade civil, política e religiosa; b) à segurança moral; c) à honra; d) à honorificência; e) ao recato; f) à intimidade; g) à imagem; h) ao aspecto moral da estética humana; i) ao segredo pessoal, doméstico, profissional, político e religioso; j) à identidade pessoal, familiar e social (profissional, política e religiosa); k) à identidade sexual; l) ao nome; m) ao título; n) ao pseudônimo.¹⁰²

Versa Carlos Roberto Gonçalves que o direito à integridade física trata tanto da autonomia de se submeter ou não a tratamento médico, quanto da proteção jurídica da própria vida em si, ao próprio corpo, quer em sua totalidade ou não. Essa proteção se estende aos bens tutelados pela Constituição (art. 1º, III e 5º, III), pelo Código Civil (arts. 12 a 15, 186, e 948 a 951) e pelo Código Penal, que pune os crimes contra a vida (arts. 121 a 128) e o crime de lesão corporal (art. 129).¹⁰³

O art. 13 do CC/2002 e seu parágrafo único preveem o direito de disposição de partes separadas do próprio corpo em vida para fins de transplante, ao prescrever que:

Art. 13. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

Parágrafo único. O ato previsto neste artigo será admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.¹⁰⁴

¹⁰² FRANÇA, R, 1983 apud DINIZ, 2013

¹⁰³ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 1 : parte geral. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

¹⁰⁴ BRASIL. Código Civil de 2002. Promulgado em 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 21 out. de 2016

O direito de dispor sobre o próprio corpo muitas vezes se apresenta mais na forma de limitação do que de liberdade, e é exatamente isso que se verifica nos casos de cirurgias de transgenitalização, ou mais conhecidas como cirurgias de “mudança de sexo”.

É importante salientar, primeiramente, que existem inúmeras intervenções físicas de caráter permanente, como cirurgias plásticas meramente embelezadoras a até mesmo alguns tratamentos estéticos que, por serem socialmente aceito e, até mesmo, extremamente populares, não encontram quaisquer artifícios para dificultar sua realização.¹⁰⁵

No caso, pela leitura mais conservadora da lei, as cirurgias de transgenitalização são teoricamente proibidas, por, supostamente, acarretarem em mutilação, esterilidade e perda da função orgânica.¹⁰⁶

O autor Silvio Rodrigues narra:

Caso muito rumoroso, que se circunscreveu à órbita criminal, ocorreu na cidade de São Paulo, onde famoso cirurgião operou e tratou de transexual, transformando-o praticamente em pessoa de outro sexo. Realmente, após extirpar seus órgãos masculinos, o cirurgião, com uma excepcional habilidade, dotou-o de um corpo feminino, com seios e vagina, enfim, com o gesto e desenvoltura de uma mulher. Usei o advérbio praticamente porque, como não podia deixar de ser, não se constituíram os órgãos internos, como por exemplo o útero.

Verdade, entretanto, é que o Ministério Público, ao ter ciência do fato, denunciou o sábio cirurgião por crime de lesão corporal de natureza grave, logrando obter, em primeira instância, sua condenação e a pena de detenção de dois anos, beneficiado o réu com sursis por se tratar de primário. Felizmente o Tribunal de Apelação deu provimento ao recurso e entre as razões de decidir houve o reconhecimento de que a vítima apresentava uma personalidade feminina, pensava como mulher, agia como mulher e ao depor no processo revelou-se extrema-mente feliz com o resultado do tratamento que lhe havia devolvido seu verdadeiro sexo.¹⁰⁷

O autor prossegue comentando que este caso, provavelmente, foi o fomento causador do projeto de Lei n. 1.909-A, de 1979, que acrescentava um § 9º ao art. 129 do Código Penal,

¹⁰⁵ SCHREIBER, Anderson. Direitos da personalidade. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

¹⁰⁶ DINIZ, 2013

¹⁰⁷ RODRIGUES, Silvio. Direito civil, parte geral: volume I. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 69-70

aprovado pela Câmara dos deputados nos seguintes termos: “Art. 129, § 9º. Não constitui fato punível a ablação de órgãos e partes do corpo humano, quando considerada necessária em parecer unânime de Junta médica e precedida de consentimento expresso de paciente maior e capaz”. Tal projeto foi vetado pela Presidência da República após pressão conservadora, sobretudo da igreja.¹⁰⁸

Entretanto, como já discutido, a transexualidade ainda é considerada como uma patologia, onde, segundo a Resolução n. 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina: “[...] considerando ser o paciente transexual portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoexterminio”. Ademais, essa mesma Resolução desqualifica a cirurgia de transgenitalização como ilícita:

Considerando que a cirurgia de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna e caracteres sexuais secundários não constitui crime de mutilação previsto no artigo 129 do Código Penal brasileiro, haja vista que tem o propósito terapêutico específico de adequar a genitália ao sexo psíquico;¹⁰⁹

A respeito do tema, pontua Flávio Tartuce:

Pois bem, na verdade, quanto à cirurgia de adequação de sexo do indivíduo, à luz do art. 13 do Código Civil transcrito, podem ser feitas duas interpretações. A primeira, mais liberal, permite a mudança ou adequação do sexo masculino para o feminino [...]

Entretanto, a segunda parte do dispositivo veda a disposição do próprio corpo se tal fato contrariar os *bons costumes*, conceito legal indeterminado. De acordo com uma visão mais conservadora, a mudança de sexo estaria proibida [...]¹¹⁰

¹⁰⁸ RODRIGUES, 2003

¹⁰⁹ CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Resolução 1.955/2010 de 3 set de 2010. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm. Acesso em 26 out. de 2016

¹¹⁰ TARTUCE, Flávio. Direito civil, v. 1: Lei de Introdução e Parte Gera. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 177.

Por fim, o autor comenta ser adepto da primeira corrente, permitindo a mudança ou adequação do sexo¹¹¹, motivado pelo Enunciado n. 6 da CJP/STJ: “Art. 13: a expressão ‘exigência médica’ contida no art. 13 refere-se tanto ao bem-estar físico quanto ao bem-estar psíquico do disponente”, Enunciado n. 276 da IV Jornada de Direito Civil:

Art. 13. O art. 13 do Código Civil, ao permitir a disposição do próprio corpo por exigência médica, autoriza as cirurgias de transgenitalização, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina, e a consequente alteração do prenome e do sexo no Registro Civil.

E pelo enunciado n. 42 da I Jornada de Direito da Saúde (2014):

Quando comprovado o desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto, resultando numa incongruência entre a identidade determinada pela anatomia de nascimento e a identidade sentida, a cirurgia de transgenitalização é dispensável para a retificação de nome no registro civil

De fato, o próprio enunciado n. 42 da I Jornada de Direito da Saúde teve a repercussão geral do tema reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão do relator Min. Dias Toffoli:

DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL. REGISTROS PÚBLICOS. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS. ALTERAÇÃO DO ASSENTO DE NASCIMENTO. RETIFICAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO SEXUAL. UTILIZAÇÃO DO TERMO TRANSEXUAL NO REGISTRO CIVIL. O CONTEÚDO JURÍDICO DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL. DISCUSSÃO ACERCA DOS PRINCÍPIOS DA PERSONALIDADE, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, INTIMIDADE, SAÚDE, ENTRE OUTROS, E A SUA CONVIVÊNCIA COM PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA VERACIDADE DOS REGISTROS PÚBLICOS. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL.

As matérias suscitadas no recurso extraordinário, relativas à necessidade ou não de cirurgia de transgenitalização para alteração nos assentos do registro

¹¹¹ TARTUCE, 2016

civil, o conteúdo jurídico do direito à autodeterminação sexual, bem como a possibilidade jurídica ou não de se utilizar o termo transexual no registro civil, são dotadas de natureza constitucional, uma vez que expõe os limites da convivência entre os direitos fundamentais como os da personalidade, da dignidade da pessoa humana, da intimidade, da saúde, entre outros de um lado, com os princípios da publicidade e da veracidade dos registros públicos de outro. Assim, as questões postas apresentam nítida densidade constitucional e extrapolam os interesses subjetivos das partes, pois, além de alcançarem todo o universo das pessoas que buscam adequar sua identidade de sexo à sua identidade de gênero, também repercutem no seio de toda a sociedade, revelando-se de inegável relevância jurídica e social. Destarte, manifesto-me pela existência de repercussão geral da matéria.¹¹²

A alteração do registro público do nome também é outro direito da personalidade em consonância direta com as demandas jurídicas dos transgêneros no Brasil. O nome será tutelado pelos arts. 16 a 19 do Código Civil:

Art. 16. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Art. 18. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

Art. 19. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

O nome no direito brasileiro se mostra mais como um dever do que um direito. A toda pessoa natural é imposta a indicação de um nome sem seu consentimento – naturalmente, tendo em vista as circunstâncias – ao momento do nascimento. A partir desse momento, uma

¹¹² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL. REGISTROS PÚBLICOS. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS. ALTERAÇÃO DO ASSENTO DE NASCIMENTO. RETIFICAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO SEXUAL. UTILIZAÇÃO DO TERMO TRANSEXUAL NO REGISTRO CIVIL. O CONTEÚDO JURÍDICO DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL. DISCUSSÃO ACERCA DOS PRINCÍPIOS DA PERSONALIDADE, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, INTIMIDADE, SAÚDE, ENTRE OUTROS, E A SUA CONVIVÊNCIA COM PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA VERACIDADE DOS REGISTROS PÚBLICOS. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL. Recurso Extraordinário n. 670.422. S. T. C. Relator: DIAS TOFFOLI. 11 set de 2014. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7302788>. Acesso em 26 out. de 2016

série de atos da vida civil nos confrontam com a exigência de identificação, sobretudo pelo nome.¹¹³

O direito ao nome se estende a diversas dimensões, o direito de efetivamente ter um nome, este que se mostra mais como um dever devido ao caráter compulsório, ninguém pode deixar de ter um nome próprio. Ademais, tem-se o direito de interferir nesse nome, a possibilidade de alterá-lo segundo as hipóteses autorizadas em lei, um espaço de autodeterminação nosso em relação à identidade no tocante ao nome. E, por fim, o direito de proteger o nome do uso indevido de outros.¹¹⁴

Conforme se verifica no art. 16 do Código Civil: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”, o nome é composto por duas partes distintas: o prenome, vulgarmente conhecido como primeiro nome ou nome de batismo¹¹⁵, e o sobrenome, que, segundo Tereza Rodrigues Vieira, representa o nome de família, tendo o legislador optado pela nomenclatura “sobrenome” visto a popularidade da expressão entre os brasileiros.¹¹⁶

A Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/1973) define as diretrizes quanto ao nome, e, conseqüentemente, sobre a alteração deste, como o art. 56 define: “O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família [...]”; o art. 57 age em continuidade: “A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro [...]”.

Flavio Tartuci elabora um rol meramente ilustrativo de hipóteses de alteração do nome:

- a) Substituição do nome que expõe a pessoa ao ridículo ou a embaraços, inclusive em casos de homônimas (nomes iguais). Exemplos: Jacinto Aquino Rego, Sum Tim Am, João Um Dois Três de Oliveira Quatro, Francisco de Assis Pereira (nome do *Maníaco do Parque*).

¹¹³ SCHREIBER, 2014

¹¹⁴ SCHREIBER, 2014

¹¹⁵ VENOSA, 2014

¹¹⁶ VIEIRA, Tereza Rodrigues. Nome e sexo: mudança no registro civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008

b) Alteração no caso de erro de grafia crasso, perceptível de imediato. Exemplos: Frávio, Orvardo, Cráudio.

c) Adequação de sexo, conforme entendimento jurisprudencial transcrito.

d) Introdução de alcunhas ou cognomes. Exemplos: Lula, Xuxa, Tiririca.

e) Introdução do nome do cônjuge ou convivente.

f) Introdução do nome do pai ou da mãe, havendo reconhecimento posterior de filho ou adoção.

g) Para tradução de nomes estrangeiros como John (João) e Bill (Guilherme).

h) Havendo coação ou ameaça decorrente da colaboração com apuração de crime (proteção de testemunhas), nos termos da Lei 9.807/1999.

i) Para inclusão do sobrenome de um familiar remoto, conforme o entendimento jurisprudencial (TJMG, Acórdão 1.0024.06.056834-2/001, Belo Horizonte, 1.^a Câmara Cível, Rel. Des. Armando Freire, j. 04.09.2007, *DJMG* 19.09.2007). Essa inclusão pode ser necessária para a obtenção de cidadania de outro País. Anote-se, contudo, que a questão não é pacífica na jurisprudência nacional.

j) Para inclusão do nome de família do padrasto ou madrasta por enteado ou enteada, havendo motivo ponderável para tanto e desde que haja expressa concordância dos primeiros, sem prejuízo de seus apelidos de família (art. 57, § 8.º, da Lei 6.015/1973, incluído pela Lei 11.924/2009, de autoria do falecido Deputado Clodovil Hernandes). Cumpre destacar a existência de decisões judiciais aplicando a louvável inovação (por todos: TJRS, Agravo de Instrumento 70058578360 Rel. Des. Rui Portanova, 8.^a Câmara Cível, j. 10.04.2014; TJSP, Apelação Cível 0206401-04.2009.8.26.0006, Rel. Des. João Pazine Neto, 3.^a Câmara de Direito Privado, j. 27.08.2013; e TJSC, Acórdão 2010.020381-0, Videira, Segunda Câmara de Direito Civil, Rel. Des. Nelson Schaefer Martins, j. 14.07.2011, *DJSC* 03.08.2011, p. 139).

k) Nos casos de abandono afetivo do genitor, excluindo-se o sobrenome paterno em casos tais. Como se retira de ementa recente do Superior Tribunal de Justiça, publicada no seu *Informativo* n. 555, “o direito da pessoa de portar um nome que não lhe remeta às angústias decorrentes do abandono paterno e, especialmente, corresponda à sua realidade familiar, sobrepõe-se ao interesse público de imutabilidade do nome, já excepcionado pela própria Lei de Registros Públicos. Sendo assim, nos moldes preconizados pelo STJ, considerando que o nome é elemento da personalidade, identificador e individualizador da pessoa na sociedade e no âmbito familiar, conclui-se que o abandono pelo genitor caracteriza o justo motivo de o interessado requerer a alteração de seu nome civil, com a respectiva exclusão completa dos sobrenomes paternos. Precedentes citados: REsp 66.643-SP, Quarta Turma, *DJ* 21.10.1997; e REsp 401.138-MG,

Terceira Turma, *DJ* 26.06.2003” (STJ, REsp 1.304.718/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 18.12.2014, *DJe* 05.02/2015).¹¹⁷

Tratando-se da retificação do registro civil para transgêneros, é oportuno citar o caso da atriz Brasileira Roberta Close. Nascida Luís Roberto, Roberta Close demonstrou descontentamento com o gênero que lhe foi imposto ao nascimento e, com o passar do tempo adquiriu características físicas e personalidade cada vez mais femininas, sendo exposta a diversos dissabores. Assim, no ano de 1989, realizou cirurgia de transgenitalização na Inglaterra, o que lhe permitiu manter uma vida sexual regular como mulher. Em 1992, obteve parecer favorável a seu pleito de retificação do registro de nascimento em primeira instância, entretanto, após recurso do Ministério Público, teve a sentença reformada pelo Supremo Tribunal Federal em 1997. Com base em diagnósticos oficiais mais recentes, uma nova ação foi proposta em 2001 e, com toda uma nova gama de doutrinas, jurisprudências e inovações normativas, em 2005, por decisão judicial favorável, Roberta Close foi reconhecida como do gênero feminino.¹¹⁸

A juíza Leise Rodrigues Espírito Santo, responsável pela sentença que culminou na retificação dos registros de Roberta Close, proferiu em sentença que a adequação do prenome e do gênero em nada molestava o direito de terceiros, pelo contrário, e, uma vez sendo Roberta do gênero feminino, a adequação apenas lhe garantia seus direitos em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana.¹¹⁹

A alteração do nome da pessoa transgênero é fundamental para o reconhecimento social de sua noção de pertencimento, tanto nos casos de indivíduos com intervenções cirúrgicas (transgeasnitizadoras) e hormonais, quanto nos daqueles que não foram submetidos a nenhum tipo de processo médico. O senso de harmonia do transgêneros ultrapassa o mero aspecto físico, é de grande importância o reconhecimento oficial e perante a sociedade da identidade de gênero a qual o individuo se reconhece.¹²⁰

¹¹⁷ TARTUCE, 2016, p. 185, grifo meu

¹¹⁸ VIEIRA, 2008

¹¹⁹ VIEIRA, 2008

¹²⁰ CUNHA, 2015

A sociedade normalmente associa certos prenomes ao gênero masculino e outros ao gênero feminino – com algumas exceções -, expondo aqueles que não se identificam com o gênero subscrito ao seu prenome a inúmeras situações de dessabor e vexatórias. De fato, o prenome não precisa ser ridículo em si, porém, quando atribuído a certo alguém que não corresponde às características do gênero que olhe foram designadas, tem a habilidade de expô-lo ao ridículo.¹²¹

Ademais, prescreve o art. 58 da Lei de Registros Públicos: “O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios”, verificando-se, então, que os transgêneros conhecidos socialmente por nome diverso daquele efetivamente registrado em cartório tem a mudança do prenome facilitada pelo dispositivo.¹²²

Esse é, basicamente, o conceito de “nome social”, o nome que efetivamente o indivíduo se identifica perante a sociedade. Esse instituto vem ganhando força em diversas searas, ainda que não garanta expressa alteração do nome nos documentos oficiais. O anexo II da Resolução 457/08 do Ministério da Saúde determina que, os formulários preenchidos por transexuais para verificar sua condição, constem, além do nome de registro, o nome social, o qual definirá a enfermaria que o paciente deve ficar (feminina ou masculina).¹²³

Porém, o processo de retificação do nome de transgêneros nem sempre é fácil, encontrando diversas resistências injustificadas de autoridades públicas e ficando à mercê das opiniões pessoais de magistrados, muitas vezes com visões extremamente preconceituosas.¹²⁴

Felizmente, atualmente temos encontrado um posicionamento majoritário favorável em acolher os pedidos de alteração no tocante ao nome no caso de indivíduos transgêneros, demonstrando respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

¹²¹ VIEIRA, 2008

¹²² CUNHA, 2015

¹²³ CUNHA, 2015

¹²⁴ SCHREIBER, 2014

4 O TRANSGENERISMO NO DIREITO BRASILEIRO E A NECESSIDADE DE TRANSGENITALIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DA PESSOA HUMANA

4.1 A legislação brasileira acerca do tema gênero

O ordenamento jurídico brasileiro, de certa maneira, vem tratando de questões de gênero há décadas, porém, sempre de maneira velada, nunca de maneira aberta, sendo apenas planos de fundo e jamais a temática principal.¹²⁵

Ao que diz respeito à legislação, a discussão efetiva se tratando de questões de gênero teve início com o PL n. 1909/70 apresentado pelo deputado José de Castro Coimbra em 25/09/1979. O projeto de lei pretendia amparar o médico realizador de operação que implicasse em ablação de órgãos e partes do corpo humano, acrescentando parágrafo ao art. 129 do Código Penal, excluindo como fato punível o médico que realizasse cirurgia de transgenitalização em paciente maior e capaz.¹²⁶

A legislação brasileira pouco aborda temáticas de gênero, existindo um número considerável de projetos de lei vinculados ao tema esperando os devidos tramites legislativos, são, entre eles: as PEC n. 66/03 e 110/11 e os n. PL 658/11, 70/95, 756/11, 6655/06, 122/06, 2285/07 e 4610/01.¹²⁷

Uma das propostas que merece especial atenção é o Anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual, projeto de iniciativa popular que contou com a participação das mais de 60 Comissões da Diversidade Sexual das Seccionais e Subseções da OAB, além de diversos movimentos sociais que encaminharam cerca de duas centenas de propostas e sugestões. Segunda a Presidenta da Comissão Nacional da Diversidade Sexual, Maria Berenice Dias, e a membra do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família), Marta Cauduro Oppermann,

¹²⁵ CUNHA, 2015

¹²⁶ CUNHA, 2015

¹²⁷ CUNHA, 2015

o Estatuto da Diversidade Sexual “elencar princípios, normas de conteúdo material e processual, de natureza civil e penal, que consagram uma série de prerrogativas e direitos a homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais”.¹²⁸

Em 23 de agosto de 2011, o Anteprojeto foi formalmente entregue ao Presidente do Conselho Federal da OAB, onde recebeu parecer favorável do Relator, Conselheiro Carlos Roberto Siqueira Castro. Em conjunto, foram entregues ao Congresso Nacional propostas de alteração de sete dispositivos da Constituição, que culminaram em três Propostas de Emenda Constitucional: uma proibindo a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, outra substituindo a licença-maternidade e a licença-paternidade pela licença-natalidade, e, por último, a terceira, que assegura acesso ao casamento igualitário.¹²⁹

O projeto conta com a alteração dos seguintes dispositivos: Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e altera o art. 7º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.656/1942); os arts. 10, 551, 1.240, 1.514, 1.517, 1.535, 1.541, 1.565, 1.567, 1.597, 1.642, 1.664, 1.723, 1.726 e 1.727 do Código Civil (Lei 10.406/2002); arts. 21, 29, 57, 58, 70 e 109 da Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/1973); arts. 42 e 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990); art. 3º da Lei 8.560/1992; arts. 5º, 320, § 3º, 392-A e 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/1943); arts. 16, 18, 25, 26, 28, 39, 71, 71-A, 72, 73, 110 e 124 da Lei que regula os Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991); arts. 3º, 5º, 16, 25, 29, 30, 31, 60, 65, 93, 93-A, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 102, 120, 162 e 167 do Regulamento da Previdência Social (Decreto 3.048/1999); arts. 184, 196, 199, 208, 209, 210 e 241 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei 8.112/1990); art. 1º da Lei 9.029/1995; art. 77 do Dec. 3.000/1999, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza; art. 55 da Lei 6.815/1980; arts. 61, 121, 129, 140 e 288 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940); art. 448 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/1941; art. 41 da Lei das Execuções Penais (Lei 7.210/1984); arts. 232 e 235 do Código Penal Militar (Decreto-Lei

¹²⁸

Disponível em:
[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_614\)estatuto_da_diversidade_sexual__marta_e_berenice.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_614)estatuto_da_diversidade_sexual__marta_e_berenice.pdf). Acesso em: 10 nov. de 2016

¹²⁹

Disponível em:
[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_610\)estatuto_da_diversidade_sexual__uma_lei_por__iniciativa_popular.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_610)estatuto_da_diversidade_sexual__uma_lei_por__iniciativa_popular.pdf). Acesso em: 10 nov de 2016

1.001/1969); art. 69-A do Estatuto dos Militares (Lei 6.880/1980); arts. 1º, 3º, 4º, 8º e 20 da Lei do Racismo (Lei 7.716/1989); bem como a revogação da Lei que cria o Programa Empresa Cidadã (Lei nº 11.770/1978).¹³⁰

Além de contar com os seguintes dispositivos gerais:

Art. 1º - O presente Estatuto da Diversidade Sexual visa a promover a inclusão de todos, combater a discriminação e a intolerância por orientação sexual ou identidade de gênero e criminalizar a homofobia, de modo a garantir a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos.

Art. 2º - É reconhecida igual dignidade jurídica a heterossexuais, homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais, individualmente, em comunhão e nas relações sociais, respeitadas as diferentes formas de conduzirem suas vidas, de acordo com sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Art. 3º - É dever do Estado e da sociedade garantir a todos o pleno exercício da cidadania, a igualdade de oportunidades e o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas.¹³¹

O estatuto ainda elenca uma série de princípios fundamentais como base de sua interpretação e aplicação: dignidade da pessoa humana, igualdade e respeito à diferença, direito à livre orientação sexual e identidade de gênero, reconhecimento da personalidade de acordo com a identidade de gênero, direito à convivência comunitária e familiar, liberdade de constituição de família e de vínculos parentais, respeito à intimidade, à privacidade e à autodeterminação e direito fundamental à felicidade. Também garante a não discriminação e a negação de direitos devido à orientação sexual ou identidade de gênero no âmbito público, social, familiar, econômico e cultural.

A identidade de gênero, em específico, é prevista no capítulo VII (art. 33 a 45), onde trata dos transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais. Além de conceder a plena

¹³⁰ Disponível em: http://www.abglt.org.br/docs/ESTATUTO_DIVERSIDADE_SEXUAL.pdf. Acesso em 10 nov. de 2016

¹³¹ Disponível em: http://www.abglt.org.br/docs/ESTATUTO_DIVERSIDADE_SEXUAL.pdf. Acesso em 10 nov. de 2016

liberdade de expressão de sua identidade de gênero, uma série de outros direitos são concedidos.

Os arts. 35 a 38 versam sobre os procedimentos médicos envolvendo a adequação sexual, assegurando os procedimentos complementares não-cirúrgicos a partir dos 14 anos (havendo indicação terapêutica), cirurgia de redesignação sexual a partir dos 18 anos e vedando qualquer médico-cirúrgica de caráter irreversível para a determinação de gênero em recém-nascidos e crianças diagnosticados como intersexuais que não correm qualquer risco de vida. Importante salientar que, inclusive, o parágrafo único do art. 35 deixa clara a garantia de tais procedimentos pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Os artigos seguintes ainda preveem: o reconhecimento do direito à retificação do nome e da identidade sexual como adequação a sua identidade psíquica e social, independentemente de realização da cirurgia de transgenitalização, a retificação de todos os documentos e registros sem qualquer menção à causa da mudança, concessão ou cancelamento do Certificado de Alistamento Militar mediante a apresentação do mandado de averbação expedido ao Registro Civil, alistamento de transexuais, travestis e intersexuais em data especial de forma reservada, direito ao nome social e ao uso de dependências e instalações de espaços públicos ou abertos ao público correspondentes à identidade de gênero.

Outro programa que merece atenção é o PNDH-3 (Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos), instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. O PNDH-3 é resultado de uma série de resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, além de propostas aprovadas por inúmeras conferências temáticas nas áreas da saúde, educação, habitação, segurança alimentar, direitos da mulher, juventude, igualdade racial etc.

O próprio portal do PNDH-3 elucida:

O PNDH-3 concebe a efetivação dos direitos humanos como uma política de Estado, centrada na dignidade da pessoa humana e na criação de oportunidades para que todos e todas possam desenvolver seu potencial de forma livre, autônoma e plena. Parte, portanto, de princípios essenciais à consolidação da democracia no Brasil: diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as áreas e esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo;

universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza.

O PNDH-3 estrutura-se em torno dos seguintes eixos orientadores: I. Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil; II. Desenvolvimento e Direitos Humanos; III. Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; IV. Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; V. Educação e Cultura em Direitos Humanos; e VI. Direito à Memória e à Verdade.¹³²

Podemos identificar dentro do eixo orientador III diversos elementos atinentes à questão de gênero, fundamentando-se na concretização do princípio da igualdade por meio do reconhecimento e do respeito às diferenças além do combate à discriminação.

A diretriz 7 do eixo orientador III trata da “Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena” e traz no objetivo estratégico IV diversas prerrogativas relativas à saúde e ao gênero, como: expandir e consolidar programas de serviços básicos de saúde e de atendimento domiciliar para a população de baixa renda, com enfoque, inclusive, na população LGBT e nas mulheres (A); aperfeiçoar o programa de saúde para adolescentes especificamente quanto à saúde de gênero, à educação sexual e reprodutiva e à saúde mental (E); criar campanhas e material técnico, instrucional e educativo sobre planejamento reprodutivo, que respeite os direitos sexuais e direitos reprodutivos (F); estimular programas de atenção integral à saúde das mulheres, considerando suas especificidades étnico-raciais, geracionais, regionais, de orientação sexual, de pessoa com deficiência (G) e garantir o acompanhamento multiprofissional a pessoas transexuais que fazem parte do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde, e de suas famílias (P). O objetivo estratégico VI trata da garantia do trabalho decente e também traz um ponto muito relevante em se tratando da temática gênero: combater as desigualdades salariais baseadas em diferenças de gênero, raça, etnia e das pessoas com deficiências (G).

O objetivo estratégico III da diretriz 8 trata da proteção dos direitos das crianças com maior vulnerabilidade e passa a exigir em todos os projetos financiados pelo Governo Federal a adoção de estratégias de não discriminação de crianças e adolescentes em razão de classe,

¹³² Disponível em: <http://www.pndh3.sdh.gov.br/>. Acesso em 11 nov. de 2016

raça, etnia, crença, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, prática de ato infracional e origem (L).

Mas é a diretriz 10 – garantia de igualdade na diversidade – que tratará mais especificamente das questões de gênero, onde dedica o planejamento estratégico V a garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero: desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social (A); apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo (B); promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos (C); reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), com base na desconstrução da heteronormatividade (D); desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais (E); acrescentar um campo para informações sobre a identidade de gênero dos pacientes nos prontuários do sistema de saúde (F); fomentar a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos do segmento LGBT, principalmente a partir do apoio à implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania daquele segmento em universidades públicas (G) e realizar relatório periódico de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT, que contenha, entre outras, informações sobre inclusão no mercado de trabalho, assistência à saúde integral, número de violações registradas e apuradas, recorrências de violações, dados populacionais, de renda e conjugais (H).

Vale, ainda, a menção ao PL n. 5002/2013, denominado de Lei João Nery ou Lei da Identidade de Gênero, que, atualmente, se encontra sujeita à apreciação do plenário. O PL buscou inspiração na lei de identidade de gênero argentina e conta com uma série de artigos que tem como objetivo dispor sobre a identidade de gênero, estabelecendo o direito a todos de ter reconhecida sua identidade de gênero, seu desenvolvimento e o tratamento adequado, sobretudo nos instrumentos que acreditem sua identificação pessoal, entendendo-se identidade de gênero como: “a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, a

qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo”.¹³³

O PL também prevê a possibilidade da solicitação da modificação registral do gênero, prenome e imagem nos documentos pessoais quando esses não coincidirem com sua identidade de gênero sem que constem no rol de requisitos: a intervenção cirúrgica de transexualização total ou parcial, terapias hormonais, qualquer outro tipo de tratamento ou diagnóstico psicológico, médico ou autorização judicial.

Além das propostas legislativas, existem algumas poucas manifestações do poder legislativo no sentido da utilização do nome social por transgêneros: Portarias nº 233/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a nº 1.612/2011 do Ministério da Educação e algumas legislações estaduais (Decreto n. 55.588/2012 – SP; decreto n. 8.296/2011 – MG; Portaria n. 13/2012 da Secretária do Estado e da Educação do Distrito Federal, entre outras), municipais e Resoluções de outros entes.¹³⁴

A negligência verificada pelo Poder Público, em se tratando da população transgênera, evidencia uma discriminação institucionalizada que mantém esse grupo social em uma situação de marginalização como forma de manutenção da cisnormatividade e da discriminação. Mesmo os projetos que visam reverter essa situação, atualmente, encontram-se completamente parados e sem qualquer perspectiva de análise até que se verifique uma mudança de paradigma em relação à identidade de gênero, tanto na sociedade quanto no Poder Público.

4.2 Os julgados brasileiros sobre gênero

4.2.1 Seleção dos acórdãos

Para a seleção dos acórdãos do Supremo Tribunal Federal – STF foi utilizada pesquisa no portal virtual do órgão¹³⁵. Através do filtro de pesquisa do site do STF, na seção de

¹³³

Disponível

em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013.

Acesso em 12 nov. de 2016

¹³⁴ CUNHA, 2015

¹³⁵ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>. Acesso em 12 nov. de 2016

pesquisa de jurisprudência, foi utilizada a palavra-chave “transexual” no campo de pesquisa livre e obtido como resultado duas decisões em recursos extraordinários (RE 845779 RG/SC e RE 670422 RG/RS) no campo “repercussão geral”, uma arguição de descumprimento (ADPF 132/RJ) de preceito fundamental e uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4277/DF) no campo “acórdãos”.

Para a seleção dos acórdãos do Superior Tribunal de Justiça – STJ, também foi utilizada pesquisa via portal virtual do órgão¹³⁶. Pelo filtro de jurisprudências do portal, utilizando a palavra-chave “transexual”¹³⁷ no campo de pesquisa livre, foram obtidos quatro resultados no campo acórdão: REsp 1291924/RJ, REsp 1281093/SP, REsp 737993/MG e REsp 1008398/SP, vinte e um resultados no campo de decisões monocráticas: HC 373337/RJ, HC 373198/SC, HC 346574/SP (Min. Rel. Jorge Mussi), HC 346574/SP (Min. Rel. Laurita Vaz), AREsp 672336/RJ, SE 013233/ES, REsp 1542441/RS, AREsp 723354/RS, HC 332724/SP, SE 011942/IT, AREsp 421256/RJ, REsp 1173738/RN, REsp 1043004/RS, REsp 1237889/PR, REsp 876672/RJ, CC 102347/RJ, SE 004179/IT, SE 002732/IT, Ag 899629/SP, SE 002149/IT, SE 001058/EX e três informativos jurisprudenciais.

Ademais, o próprio portal do STJ oferece uma lista de “Pesquisa Pronta” de jurisprudência - resultado de pesquisa feita pela Secretaria de Jurisprudência sobre determinados temas jurídicos – e, em consulta ao tema “direito civil” e “direitos da personalidade”, constam dois dos quatro acórdãos encontrados por pesquisa de palavra-chave, além de um inusitado: REsp 737993/MG, REsp 1008398/SP e REsp 678933/RS.

Por fim, das inúmeras decisões encontradas foram selecionadas cinco, duas do STF: RE 845779/SC e RE 670422/RS, e três do STJ: REsp 737993/MG, REsp 1008398/SP e REsp 678933/RS.

4.2.2 Acórdãos do STF

¹³⁶ Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ>. Acesso em 12 nov. de 2016

¹³⁷ Optou-se pelo termo “transexual” como palavra-chave da pesquisa tendo em vista os poucos resultados que pelo termo “transgênero”

Um dos julgados envolvendo transgêneros que ganhou notável notoriedade nacional se refere ao recurso extraordinário de nº 845779 de Santa Catarina, em que ajuizada ação de danos morais após uma mulher transexual ser bruscamente forçada a se retirar do banheiro feminino – banheiro o qual usa costumeiramente - por funcionária de um shopping em Florianópolis sob a alegação de que sua presença causaria desconforto às outras usuárias. Ademais, após ser avisada da inexistência de banheiros privativos nas dependências do shopping, na tentativa de evitar banheiros masculinos de uso comum, e estando demasiadamente nervosa, acabou por não conseguir controlar suas necessidades e urinou nas próprias roupas.

Em sentença de primeira instância, julgou-se procedente o pedido de compensação a título de danos morais, condenando-se a ré ao pagamento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). No entanto, a Terceira Câmara Cível do TJSC deu provimento à apelação da parte ora recorrida a fim de reformar a sentença e determinar a improcedência do pleito inicial:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ABORDAGEM DE SEGURANÇA DE "SHOPPING CENTER" EM TOALETE FEMININO. SUSTENTADO ATO DISCRIMINATÓRIO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍVEL AO ESTABELECIMENTO COMERCIAL. ABALO MORAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO. CONDUTA EMOLDURADA COMO UM MERO DISSABOR. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NÃO CONFIGURADOS. INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. DEVER DE COMPENSAR AFASTADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO DA RÉ E PREJUDICADO O DO AUTOR. "O dano moral somente ingressará no mundo jurídico, com a subsequente obrigação de indenizar, em havendo alguma grandeza no ato considerado ofensivo a direito personalíssimo. Se o ato tido como gerador do dano extra-patrimonial não possui virtualidade para lesionar sentimentos ou causar dor e padecimento íntimo, não existiu o dano moral passível de ressarcimento. Para evitar a abundância de ações que tratam de danos morais presentes no foro, havendo uma autêntica confusão do que seja lesão que atinge a pessoa e do que é mero desconforto, convém repetir que não é qualquer sensação de desgosto, de molestamento ou de contrariedade que merecerá indenização. O reconhecimento do dano moral exige determinada envergadura" (doutrina). Inaplicável a responsabilidade objetiva prevista no Código Consumerista aos fatos ocorridos no interior de shopping center que não guardam relação com defeito ou fato do serviço. Para que se caracterize o ato ilícito, necessária se faz a conjugação de três requisitos, quais sejam, fato lesivo causado pelo agente, a ocorrência de dano moral ou patrimonial e o

nexo causal entre o dano e a conduta do agente. Ausente um desses elementos, o pedido de indenização deverá ser julgado improcedente.¹³⁸

Interposto, então, recurso extraordinário que buscou fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição, e sustentou a ocorrência de violação aos arts. 1º, III; 5º, V, X, XXXII, LIV e LV; e 93, todos da Constituição. Tal recurso, porém, foi inicialmente inadmitido na origem, por supostamente pretender o reexame de provas, tese posteriormente afastada pelo Ministro Roberto Barroso, que passou à análise da constitucionalidade e da apresentação de repercussão geral:

O caso em questão [...] envolve a projeção social da identidade sexual do indivíduo, aspecto diretamente ligado à dignidade da pessoa humana e a diversos direitos da personalidade (CRFB/1988, arts. 1º, III, e 5º, V e X). Constitui, portanto, questão constitucional saber se uma pessoa pode ou não ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente. O tema não pode ser reduzido a uma mera questão patrimonial de responsabilidade civil.

Além disso, o debate apresenta repercussão geral, especialmente do ponto de vista social e jurídico. Em primeiro lugar, diferentemente do imenso varejo de miudezas que ainda ocupam o tempo desta Corte, as teses ora discutidas inserem-se na órbita de uma das missões precípuas das Cortes Constitucionais contemporâneas: a definição do alcance dos direitos fundamentais, especialmente daqueles referentes às minorias. A essencialidade do tema e seu impacto no tratamento social dos grupos afetados, por si sós, já justificariam a necessidade do pronunciamento do Supremo Tribunal Federal.

Em segundo lugar, o caso em questão não é isolado: para citar apenas um exemplo recente, episódio semelhante ocorreu em Brasília no dia 16.09.2014, o que foi amplamente noticiado (<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/09/transexuais-saoexpulsas-de-banheiro-feminino-de->

¹³⁸ BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ABORDAGEM DE SEGURANÇA DE "SHOPPING CENTER" EM TOALETE FEMININO. SUSTENTADO ATO DISCRIMINATÓRIO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍVEL AO ESTABELECIMENTO COMERCIAL. ABALO MORAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO. CONDUTA EMOLDURADA COMO UM MERO DISSABOR. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NÃO CONFIGURADOS. INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. DEVER DE COMPENSAR AFASTADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO DA RÉ E PREJUDICADO O DO AUTOR. Acórdão em Apelação Civil n. 2012.019304-1. Beiramar Empresa de Shopping Center Ltda. e André dos Santos Fialho. Relator Des. Fernando Carioni. DJ, 23 meio de 2012. Disponível em: <http://app6.tjsc.jus.br/cposg/servlet/ServletArquivo?cdProcesso=01000LIGB0000&nuSeqProcessoMv=null&tip oDocumento=D&cdAcordaoDoc=null&nuDocumento=4466814&pdf=true>. Acesso em 14 nov. de 2016

shopping-do-df.html). Assim, a decisão a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal poderá definir o padrão de conduta adequado em casos da espécie, orientando não só as partes diretamente envolvidas, como as demais instâncias do Judiciário. A decisão a ser tomada, assim, ultrapassa os interesses subjetivos da causa.

Por fim, e em reforço ao que se vem de expor, esta Corte reconheceu recentemente o caráter constitucional e a repercussão geral em hipótese também envolvendo direitos de transexuais, destacando-se a importância de esta Corte definir “o conteúdo jurídico do direito à autodeterminação sexual”.¹³⁹

Após a exposição da argumentação, o Ministro Luís Roberto Barroso manifestou-se pelo reconhecimento do caráter constitucional e da repercussão geral da matéria analisada.

O julgamento do restabelecimento ou não do pleito de condenação teve início em 19 de novembro de 2015 com dois votos favoráveis à condenação do shopping center (Luís Roberto Barroso (relator) e Edson Fachin), porém, foi interrompido por um pedido de vistas do ministro Luiz Fux.¹⁴⁰

Já o recurso extraordinário de nº 670422 refere-se especificamente à alteração do registro civil (nome e gênero), onde também houve parecer favorável à repercussão geral da matéria pelo Relator Min. Dias Toffoli e pelo Min. Marco Aurélio. São os fatos:

O processo revela pedido de retificação de registro civil para troca de prenome e sexo no assento de nascimento. O Juízo da Vara de Registros Públicos e Ações Especiais da Fazenda Pública julgou o pleito parcialmente procedente, implementando a alteração do nome e indeferindo a troca do gênero “feminino” para “masculino”. A Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por maioria de votos, deu provimento parcial à apelação, determinando a averbação, no assento de nascimento da recorrente, da condição de transexual, ante os princípios da publicidade e da veracidade dos registros públicos. Aduziu que, apesar dos avanços da técnica cirúrgica e das intervenções médicas, os transexuais não

¹³⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. TRANSEXUAL. PROIBIÇÃO DE USO DE BANHEIRO FEMININO EM SHOPPING CENTER. ALEGADA VIOLAÇÃO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A DIREITOS DA PERSONALIDADE. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL. Repercussão Geral em Recurso Extraordinário nº 845.779/SC. André dos Santos Fialho e Bairamar Empresa Shopping Center Ltda. Relator Min. Luís Roberto Barroso. DJ, 9 mar. de 2015. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7971144>. Acesso em 14 nov. 2016

¹⁴⁰ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=304438>. Acesso em 14 nov. de 2016

são capazes de adquirir todas as características do sexo oposto ao que nasceram, não possuindo os órgãos genitais artificialmente constituídos as mesmas características e funcionalidades dos naturais. Acrescentou ser imutável o aspecto cromossômico. Apontou que a providência consignada não acarretaria qualquer prejuízo à recorrente, porquanto, usualmente, utilizam-se documentos de identidade dos quais não consta o gênero do portador, como carteira de identidade e passaporte.¹⁴¹

Em recurso extraordinário, foi alegado com fundamento no permissivo constitucional (art. 105, III), alínea “a”, pleiteando-se inobservância aos arts. 1º, inciso IV, 3º, inciso IV, e 5º, inciso X, e 6º da Constituição. Ponderou-se que a recusa à retificação do gênero no registro civil de indivíduos transgêneros é uma barreira para a efetividade de um dos preceitos fundamentais do Estado, a promoção do bem comum sem discriminação em relação à identidade de gênero ou qualquer outro tipo de preconceito. Configura-se como ofensa direta ao princípio da dignidade da pessoa humana não facultar à população de transgêneros o poder de escolha sobre sua identidade de gênero sob meros argumentos “biológicos” como genitália ou imutabilidade cromossômica, afinal, o conceito de gênero jamais se limitará a meras características morfológicas, ao passo de incabível que a cirurgia de transgenitalização sirva de critério para alteração no registro civil, uma vez que consiste apenas de uma parte da complexidade da identidade transgênera. Asseverou, ainda, que é de responsabilidade do Estado tutelar a intimidade de todos os cidadãos, não se excluindo os transgêneros, que também merecem proteção sobre suas escolhas de vida contra o estigma social e o controle público.

Por fim, alegou que o tema do recurso ultrapassa os limites subjetivos da lide, versando sobre matéria de interesse social e jurídico para todos os transgêneros que almejam a retificação de seus registros civis.

¹⁴¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL. REGISTROS PÚBLICOS. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS. ALTERAÇÃO DO ASSENTO DE NASCIMENTO. RETIFICAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO SEXUAL. UTILIZAÇÃO DO TERMO TRANSEXUAL NO REGISTRO CIVIL. O CONTEÚDO JURÍDICO DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL. DISCUSSÃO ACERCA DOS PRINCÍPIOS DA PERSONALIDADE, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, INTIMIDADE, SAÚDE, ENTRE OUTROS, E A SUA CONVIVÊNCIA COM PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA VERACIDADE DOS REGISTROS PÚBLICOS. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL. Repercussão Geral em Recurso Extraordinário nº 670.422/RS. S T C. Relator Min. Dias Toffoli. DJ, 20 nov. de 2014. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7302788>. Acesso em 14 nov. de 2016

Ressalta-se o pronunciamento do Ministro Dias Toffoli no sentido de reconhecer a repercussão geral da matéria:

As matérias suscitadas no recurso extraordinário, relativas à necessidade ou não de cirurgia de transgenitalização para alteração nos assentos do registro civil, o conteúdo jurídico do direito à autodeterminação sexual, bem como a possibilidade jurídica ou não de se utilizar o termo transexual no registro civil, são dotadas de natureza constitucional, uma vez que expõe os limites da convivência entre os direitos fundamentais como os da personalidade, da dignidade da pessoa humana, da intimidade, da saúde, entre outros de um lado, com os princípios da publicidade e da veracidade dos registros públicos de outro.

Assim, as questões postas apresentam nítida densidade constitucional e extrapolam os interesses subjetivos das partes, pois, além de alcançarem todo o universo das pessoas que buscam adequar sua identidade de sexo à sua identidade de gênero, também repercutem no seio de toda a sociedade, revelando-se de inegável relevância jurídica e social.

Destarte, manifesto-me pela existência de repercussão geral da matéria.¹⁴²

Percebe-se que a Corte Constitucional vem reconhecendo a importância de um posicionamento do judiciário frente à situação dos transgêneros, visto que a legislação se mostra quase que totalmente omissa em relação à matéria, porém, o debate ainda se encontra em sua gênese, com muitas barreiras discriminatórias a serem quebradas.

4.2.3 Acórdãos do STJ

¹⁴² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL. REGISTROS PÚBLICOS. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS. ALTERAÇÃO DO ASSENTO DE NASCIMENTO. RETIFICAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO SEXUAL. UTILIZAÇÃO DO TERMO TRANSEXUAL NO REGISTRO CIVIL. O CONTEÚDO JURÍDICO DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL. DISCUSSÃO ACERCA DOS PRINCÍPIOS DA PERSONALIDADE, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, INTIMIDADE, SAÚDE, ENTRE OUTROS, E A SUA CONVIVÊNCIA COM PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA VERACIDADE DOS REGISTROS PÚBLICOS. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL. Repercussão Geral em Recurso Extraordinário nº 670.422/RS. S T C. Relator Min. Dias Toffoli. DJ, 20 nov. de 2014. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7302788>. Acesso em 14 nov. de 2016

Já o Superior Tribunal de Justiça apresenta alguns posicionamentos assentados em relação à retificação do registro civil para transgêneros.

O recurso especial de nº 678.933/RS trata de recurso interposto pelo Ministério Público com base no na alínea “c” do permissivo constitucional (art. 105, III) para reverter acórdão da Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que manteve a sentença que acolheu pedido de retificação do nome e gênero do autor, além de determinar segredo de justiça e vedar extração de certidões referentes à situação anterior. O recurso se deu sob a alegação de que a não publicidade da condição de transexual do apelado poderia vir a prejudicar terceiros de boa-fé, a respeito disso assevera a Des. Catarina Rita Krieger Martins do TJRS:

Quando se fala em prejuízos a terceiro, na verdade se fala na possibilidade de um homem envolver-se emocionalmente e, por que não dizer, sexualmente com o apelado e descobrir, em determinado momento, que ela não poderá ter filhos, ou até mesmo que não é mulher “de nascimento”. Sendo essa a questão a ser enfrentada, até certo ponto, o mesmo aplicar-se-ia à mulher estéril. Será que deveriam essas mulheres ter em seus documentos e no registro civil contida esta condição? Ou seria uma humilhação para elas? Sofreriam algum tipo de discriminação? E se os seus possíveis companheiros aceitassem essa condição por entenderem ser o amor o bem maior? As respostas são conhecidas. Os casos são assemelhados, e por não ter a mulher estéril que expor sua condição perante a sociedade, não terá P. C. que expor a sua.

Cabe ressaltar que essas suposições de eventuais prejuízos que possam sofrer terceiros, são hipóteses, não havendo certeza quanto ao caso concreto. Poderia acontecer ou não. Por isso, não seria plausível a exposição da condição de transexual feminino do recorrido em virtude de projeções, e, como tais, aleatórias. Se houver, no futuro, alguém que se sinta ameaçado, ou até mesmo prejudicado moralmente em razão da alteração de vida pela qual optou o apelado, que procure o remédio jurídico cabível.

O Direito não pode ficar atrelado ao que dispõem as normas vigentes no país. O Direito é realidade, é fato social. É o excepcional. Deve, portanto, o Direito, não fechar os olhos à realidade, e se inserir nos tempos modernos, evitando qualquer situação constrangedora para as partes que litigam perante a justiça, contribuindo sempre para a paz social.¹⁴³

¹⁴³ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. APELAÇÃO CÍVEL. REGISTRO CIVIL. Acórdão em Apelação Cível nº 70006828321. Paulo César de Oliveira Cristy e Ministério Público. Relatora Des. Catarina Rita Krieger Martins. J. 11 dez. de 2003. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=*&aba=juris&entsp=a__politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&lr=lang_pt&sort=date%3AD%3AR%3Ad1&as_qj=&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&partialfields=n%3A70006828321&as_q=+#main_res_juris. Acesso em 14 nov. de 2016

No entanto, o Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito não seguiu a linha de entendimento e reconheceu o recurso do Ministério Público, determinando que fique averbado no registro civil a modificação do nome e do gênero do recorrido:

Não se pode esconder no registro, sob pena de validarmos agressão à verdade que ele deve preservar, que a mudança decorreu de ato judicial, nascida da vontade do autor e que tornou necessário ato cirúrgico complexo. Trata-se de registro imperativo e com essa qualidade é que se não pode impedir que a modificação da natureza sexual fique assentada para o reconhecimento do direito do autor.¹⁴⁴

Cerca de dois anos mais tarde, o Superior Tribunal de Justiça voltou a discutir a retificação do registro civil para transgêneros em Recurso Especial de nº 1.008.398/SP da relatora Min. Nancy Andrighi, que decidiu favoravelmente à alteração.

A autora ingressou com a ação sob a alegação de que a aparência de mulher, por contrastar com o nome e o registro de homem, causava-lhe diversos transtornos e dissabores sociais, além de abalos emocionais e existenciais e teve o pedido acolhido em primeira instância. Após recurso do Ministério Público, o Tribunal de Justiça de São Paulo reformou a sentença, sob o argumento de prevalência da regra geral da imutabilidade dos dados no registro civil, uma vez que a veracidade dos registros deve ser preservada e a realidade percebida ao nascimento não pode ser alterada artificialmente. O recurso especial teve como base alegada ofensa aos arts. 4º e 5º da LICC; 55, 58 e 109 da Lei n.º 6.015/73; 11, 13, 16, 17, 19, 20 e 21 do CC/02; além de dissídio jurisprudencial.

Após discorrer muito bem sobre diversos ramos como: ciência, medicina, psiquiatria e direito comparado dos transgêneros, além de relembrar a negligência do ordenamento jurídico

¹⁴⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Mudança de sexo. Averbação no registro civil. Acórdão em recurso especial nº 678.933/RS. Paulo César de Oliveira Cristy e Ministério Público. Relator Min. Carlos Alberto Menezes Direito. DJ 21 maio de 2007. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=681002&num_registro=200400980835&data=20070521&formato=PDF. Acesso em 14 nov. 2016

em regulamentar as alterações no assento de nascimento nesses casos, a Ministra Relatora asseverou:

A afirmação da identidade sexual, compreendida pela identidade humana, encerra a realização da dignidade, no que tange à possibilidade de expressar todos os atributos e características do gênero imanente a cada pessoa. Para o transexual, ter uma vida digna importa em ver reconhecida a sua identidade sexual, sob a ótica psicossocial, a refletir a verdade real por ele vivenciada e que se reflete na sociedade.

A falta de fôlego do Direito em acompanhar o fato social exige, pois, a invocação dos princípios que funcionam como fontes de oxigenação do ordenamento jurídico, marcadamente a dignidade da pessoa humana – cláusula geral que permite a tutela integral e unitária da pessoa, na solução das questões de interesse existencial humano.

Em última análise, afirmar a dignidade humana significa para cada um manifestar sua verdadeira identidade, o que inclui o reconhecimento da real identidade sexual, em respeito à pessoa humana como valor absoluto.

[...]

A ambiguidade sexual decorrente do fenômeno da transexualidade, por sua vez, é de índole meramente biológica, porque no sentido psicossocial, o transexual tem a convicção de pertencer ao sexo oposto, com sentimentos, percepções, índole e conduta condizentes com o sexo oposto, em contraposição à genitália, que lhe expõe ao opróbrio, aviltando-lhe o espírito.

[...]

Saliente-se que a causa do constrangimento alegada pelo recorrente não é o seu atual prenome, adequado a seu sexo biológico, mas sim a desconformidade entre esse prenome e o aspecto físico que apresenta em razão das modificações provocadas pela cirurgia de redesignação de sexo, bem assim, a desarmonia psicossocial que o assentamento civil causa à sua identidade pessoal e sexual, sobretudo em decorrência do fato de sempre ter se identificado com o sexo feminino, a despeito de ter nascido com o sexo biológico masculino.

Assinale-se, desse modo, não ser razoável submeter o recorrente ao constrangimento de ter de identificar-se como homem no exercício de suas atividades cotidianas. Somente a alteração de seu prenome será capaz de solucionar a incômoda situação na qual se encontra. E, tendo em vista que o autor vem utilizando o prenome “PATRÍCIA” para se identificar, razoável a sua adoção no assento de nascimento, seguido do sobrenome familiar.

Vetar a alteração corresponderia, portanto, a colocá-lo em uma insustentável posição de angústia, incerteza e conflitos. Trata-se de situação anômala que inegavelmente atinge a dignidade da pessoa humana assegurada pela Constituição Federal. No caso, a possibilidade de uma vida digna para o recorrente depende da alteração solicitada.

[...]

Deve, pois, ser facilitada a alteração do estado sexual, de quem já enfrentou tantas dificuldades ao longo da vida, vencendo-se a barreira do preconceito e da intolerância. O Direito não pode fechar os olhos para a realidade social estabelecida, notadamente no que concerne à identidade sexual, cuja realização afeta o mais íntimo aspecto da vida privada da pessoa. E a alteração do designativo de sexo, no registro civil, bem como do prenome do operado, é tão importante quanto a adequação cirúrgica, porquanto é desta um desdobramento, uma decorrência lógica que o Direito deve assegurar.

Sobretudo, assegurar ao transexual o exercício pleno de sua verdadeira identidade sexual consolidada, sobretudo, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, cuja tutela consiste em promover o desenvolvimento do ser humano sob todos os aspectos, garantindo que ele não seja desrespeitado tampouco violentado em sua integridade psicofísica. Poderá, dessa forma, o redesignado exercer, em amplitude, seus direitos civis, sem restrições de cunho discriminatório ou de intolerância, alçando sua autonomia privada em patamar de igualdade com os demais integrantes da vida civil. A liberdade se refletirá na seara doméstica, profissional e social do recorrente, que terá, após longos anos de sofrimentos, constrangimentos, frustrações e dissabores, enfim, uma vida plena e digna.

Forte em tais razões, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao presente recurso especial, para julgar procedente a pretensão do recorrente, determinando assim a alteração de seu assento de nascimento, a fim de que nele constem as alterações do designativo de sexo, de “masculino” para “feminino”, e do prenome, de “CLAUDERSON” para “PATRÍCIA”.

Determino, outrossim, que das certidões do registro público competente não conste que a referida alteração é oriunda de decisão judicial, tampouco que ocorreu por motivo de redesignação sexual de transexual.¹⁴⁵

Nota-se então, em decisão muito bem asseverada, uma mudança de paradigma no que diz respeito à averbação em registro civil da mudança de nome e gênero decorrente de decisão judicial no STJ dois anos após o Min. Carlos Alberto Menezes Direito ter decidido favoravelmente à publicidade da alteração, demonstrando um claro avanço para as Cortes brasileiras em matéria de transgêneridade.

¹⁴⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Direito civil. Recurso especial. Transexual submetido à cirurgia de redesignação sexual. Alteração do prenome e designativo de sexo. Princípio da dignidade da pessoa humana. Acórdão em recurso especial nº 1.008.398/SP. Clauderson de Paula Viana e Ministério Público Federal. Relatora Min. Nancy Andrigli. DJ, 18 nov. de 2009. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=920837&num_registro=200702733605&data=20091118&formato=PDF. Acesso em 15 nov. de 2016.

Voto em sentido similar se deu um mês depois pelo Relator Min. João Otávio de Noronha em recurso especial de nº 737.993/MG que, no entanto, optou por averbar as mudanças procedidas em livro de cartório, demonstrando um ponto de insegurança ainda das Cortes Superiores de versarem sobre a matéria:

Vale ressaltar que os documentos públicos devem ser fiéis aos fatos da vida, além do que deve haver segurança nos registros públicos. Dessa forma, no livro cartorário, à margem do registro das retificações de prenome e de sexo do requerente, deve ficar averbado que as modificações procedidas decorreram de sentença judicial em ação de retificação de registro civil.

Tal providência decorre da necessidade de salvaguardar os atos jurídicos já praticados, objetiva manter a segurança das relações jurídicas e, por fim, visa solucionar eventuais questões que sobrevierem no âmbito do direito de família (casamento), no direito previdenciário e até mesmo no âmbito esportivo.

[...]

Todavia, tal averbação deve constar apenas do livro de registros, não devendo constar nas certidões do registro público competente nenhuma referência de que a aludida alteração é oriunda de decisão judicial, tampouco que ocorreu por motivo de cirurgia de mudança de sexo, sob pena de manter a exposição do indivíduo a situações constrangedoras e discriminatórias.¹⁴⁶

O caminho para a consolidação dentro do ordenamento jurídico se tratando do caso dos transgêneros ainda é longo e árduo, porém, o judiciário tem se mostrado cada vez mais disposto a discutir a matéria e a jurisprudência tem se mostrado cada vez mais positiva, caminhando para um processo de aceitação de adequações no registro civil para aqueles que não se identificam com os rótulos que lhe foram atribuídos, porém, é inegável que muitos pontos de vista discriminatórios ainda são extremamente difundidos, especialmente no meio jurídico.

¹⁴⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REGISTRO PÚBLICO. MUDANÇA DE SEXO. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SUMULA N. 211/STJ. REGISTRO CIVIL. ALTERAÇÃO DO PRENOME E DO SEXO. DECISÃO JUDICIAL. AVERBAÇÃO. LIVRO CARTORÁRIO. Acórdão em recurso especial nº 737.993/ MG. R N R e Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator min. João Otávio de Noronha. DJ, 18 dez. de 2009. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=926779&num_registro=200500486064&data=20091218&formato=PDF. Acesso em 16 nov. de 2016

4.3 Necessidade da cirurgia de redesignação sexual: exigência imprescindível ou manutenção da cisnormalidade?

Alguns transgêneros apresentam um sentimento de inconformidade em relação à sua morfologia e o desejo de alterá-la e, para isso, recorrem a intervenções de natureza médica para redesignação sexual com o objetivo de equilibrar seu gênero e o corpo socialmente definido.¹⁴⁷

A Resolução CFM nº 1.955 de 2010 é a atual regulamentação do Conselho Federal de Medicina que dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e exclui cirurgias de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna e caracteres sexuais secundários do crime de mutilação do art. 129 do Código Penal tendo em vista seus fins terapêuticos.

O art. 3º determina como critérios para a definição de “transexualismo”: 1) Desconforto com o sexo anatômico natural; 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; e 4) Ausência de outros transtornos mentais.¹⁴⁸

Já o art. 4º esclarece que a seleção dos pacientes será feita respeitando avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto e obedecendo aos seguintes critérios: 1) Diagnóstico médico de transgenitalismo; 2) Maior de 21 (vinte e um) anos; e 3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia.¹⁴⁹

O Ministério da Saúde ainda instituiu em 18 de agosto de 2008 por meio da portaria nº 1.707 o processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

¹⁴⁷ CUNHA, 2015

¹⁴⁸ CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Resolução 1.955/2010 de 3 set de 2010. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm . Acesso em 19 nov. de 2016

¹⁴⁹ CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010

Mas se devemos ter em mente que a cirurgia de transgenitalização não é a única forma de tratamento, tampouco imprescindível para caracterizar a transgeneridade, ao contrário do que pregavam estudiosos como Harry Benjamin, cuja teoria proclamava o ódio dos transgêneros pela genitália e via na cirurgia de transgenitalização a única alternativa para “cura”.

Isso fica asseverado na Portaria nº 457 da Secretária de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde de 19 de agosto de 2008 quando concebe:

Transcorridos os dois anos de acompanhamento terapêutico, caso o usuário seja diagnosticado transexual, pela equipe multiprofissional, está apto a se submeter à cirurgia de transgenitalização, o que não significa que deva necessariamente se submeter a este recurso terapêutico.

A cirurgia de transgenitalização deve ser concebida como um dentre outros recursos terapêuticos dos quais dispõe o indivíduo transexual em seu processo transexualizador. A escolha pela intervenção na genitália deve ser alcançada pelo usuário através do processo psicoterapêutico e social, requerendo: - conhecimento acerca dos aspectos cirúrgicos; - conhecimento dos resultados cirúrgicos em suas dimensões estética e funcional; - consideração crítica das expectativas que acompanham a demanda de transgenitalização; - consideração crítica das consequências estéticas e funcionais da intervenção cirúrgica na experiência pessoal e relacional do indivíduo transexual; - consideração críticas de outras alternativas necessárias para a melhoria da qualidade de vida, sobretudo no que se refere às relações sociais.

Os profissionais que compõem a equipe são responsáveis por incitar o questionamento da demanda transexual de transgenitalização, que deverá ter como consequência, no caso da opção pela intervenção cirúrgica, do consentimento livre e esclarecido do usuário. Tal consentimento deverá ser formalmente expresso em documento elaborado pela unidade onde constem todos os aspectos relacionados ao processo transexualizador com o claro consentimento firmado pelo paciente.

As decisões quanto à pertinência das intervenções médico-cirúrgicas devem levar em consideração a consciência crítica de seus efeitos e consequências, por parte do indivíduo transexual, com especial atenção, por parte dos profissionais, quanto à função destas intervenções na facilitação do processo de inclusão social. As medidas médico-cirúrgicas não devem ter sua meta terapêutica restrita aos efeitos estéticos que promovem.

A portaria, então, admite que o “tratamento” para transexualidade não necessariamente envolva intervenção cirúrgica transgenitalizadora e que outras alternativas terapêuticas podem ser utilizadas, como terapias hormonais.¹⁵⁰

Mas, então, é inerente à condição do transgêneros a reparação cirúrgica? O transexual nasce repudiando a própria genitália? A autora Berenice Bento explica isso em sua obra “A reivindicação do corpo”, demonstrando que existem momentos anteriores a essa identificação do “corpo equivocado”, em um primeiro momento a existência de um corpo sexuado nem sequer é consciente para a criança. Em seus longos anos de estudo e contato com o público transgêneros, a autora identificou que, em geral, as primeiras lutas na infância se referem às construções sociais e aos estereótipos referentes ao gênero, como a predileção por roupas, brinquedos e jogos vinculados ao gênero ao qual se identifica em conjunto com um sentimento de repulsa por aquilo que lhe é dito “adequado” socialmente.¹⁵¹

De fato, a estética se mostra um campo de suma importância para este estudo, tomando o papel de um item quase que inestimável para inserção no gênero desejado, deixando bem claro que se faz referência ao “estético” não se tratando só da morfologia do corpo sexuado, mas, também, das roupas, acessórios e engenhos em busca da identificação.

Berenice Bento aponta que não é incomum seus entrevistados se referirem aos seus órgãos sexuais de nascença de maneira denegatória, como: “aquela coisa”, “aquilo”, “aquele pedaço de carne”, tratarem a menstruação ou o crescimento dos seios como uma espécie de fracasso ou até mesmo nutrirem o desejo de se auto mutilarem¹⁵²:

Andréia: O que eu queria era viver bem, mesmo que eu não tivesse vagina, mas eu queria era não era isso. Cheguei a planejar tirá-lo. Eu pensei, vou entrar no banheiro do hospital, levo tesoura, blocos de gases, xilocaína, planejei tudo. Eu pensava em injetar xilocaína, a tesoura já vai estar amoladinha, desinfetada, e os blocos de gases é justamente para estancar a hemorragia até o momento da sutura. Eu pensei que tinha que ser no

¹⁵⁰ GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos: uma perspectiva de inclusão. 2012. 262 f. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

¹⁵¹ BENTO, 2006

¹⁵² BENTO, 2006

banheiro do hospital, se eu fizer em casa é muito longe, o socorro pode demorar e eu posso morrer por causa da hemorragia.¹⁵³

Mas o ponto cabal na abordagem desse tópico é deixar claro que nem sempre a genitália é vista como um empecilho na devida identificação com o gênero:

Vitória: Para te falar a verdade, esse negócio de ter o órgão não me incomoda. Eu quero me sentir mais feminina do que eu já sou. Sempre tive esse objetivo, porque eu ia...acho que te falei nas outras fitas, quando eu vestia roupa íntima ficava uma coisa assim diferente, não dava para mostrar, mas ficava. Se a pessoa olhar bem assim, o biquíni, dá diferença. Dependendo da calcinha não dá diferença, fica pequenininho, normal. Tanto é que, quando eu visto as minhas roupas, eu não me sinto incomodada. E uma parte de mim, vou cuidar dele. Eu me sinto 99,99% mulher, falta só esse pequeno detalhe. Porque eu sou fêmea de corpo e alma, então eu vou tirar uma coisa que alguém mandou errado. É a mesma coisa que você quebrar uma unha, vou fazer minha unha, é a mesma coisa, vou ficar mais bonita. Isso. Não sinto incomodada, não sinto assim, vai melhorando mais ainda.

Para Bea: o pênis faz parte do seu corpo, e ela não reivindica a cirurgia, pois uma vagina não mudará seu sentimento de gênero, “não passará de um buraco”. Para ela, é seu sentimento que importa, sendo o órgão totalmente secundário. Pôs prótese nos seios, não tem nenhum sinal de barba ou pelo nos braços e toma hormônios. Histórias como a de Bea, que reivindica o direito à identidade legal de gênero feminina, desvinculando-a da cirurgia, põe-nos diante da pluralidade de configurações internas à experiência transexual.¹⁵⁴

Geralmente, é estabelecido um vínculo entre a operação de transgenitalização e a vida sexual da pessoa transgênera, conforme retira Bento de suas entrevistas: “E se você não sentir prazer depois da cirurgia?”. Quase todos/as respondem: “Tanto faz. O que quero é que se alguém me negar um emprego porque sou diferente, eu possa dizer: mas eu tenho vagina, sou uma mulher”.¹⁵⁵

¹⁵³ BENTO, 2006, p. 188

¹⁵⁴ BENTO, 2006, p. 188

¹⁵⁵ BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. Labrys. Estudos Feministas (Edição em português. Online), Brasília, 2004, p. 3. Disponível em: <https://gedsfdusp.files.wordpress.com/2015/08/06-bento-berenice-transexuais-corpos-e-prc3b3teses.pdf>. Acesso em 22 nov. de 2016

As definições daquilo que a sociedade intitula como “mulher/homem de verdade” refletem diretamente na população transgênera, e isso, por vezes, influencia na decisão de realizar ou não a cirurgia de transgenitalização e o pretexto da vida sexual plena como justificativa se mostra falacioso. Por fim, a cirurgia acaba por cumprir um serviço de inteligibilidade social na busca do “corpo-homem” ou “corpo-mulher” a fim de ser encaixado na categoria de humano pelo resto da sociedade.¹⁵⁶

Felizmente, já existem diversos precedentes que reconhecem a desnecessidade da cirurgia de transgenitalização para a retificação do prenome e do gênero. Ressalta-se a decisão do Des. Rel. Hélio Faria da 8ª Câmara de Direito Privado do TJSP em 30/10/2013:

RETIFICAÇÃO DE ASSENTO - Portador de transexualismo que fundamenta sua pretensão em situações vexatórias e humilhantes Extinção da ação sob o fundamento de que não realizada a cirurgia de transgenitalização Descabimento – Informações prestadas pelo médico psiquiátrico, que identificam incongruência entre a identidade determinada pela anatomia de nascimento e a identidade que a parte autora relatou sentir Cirurgia de transgenitalização que possui caráter secundário Sexo psicológico é aquele que dirige o comportamento social externo do indivíduo

Recurso provido com determinação.¹⁵⁷

O desembargador asseverou ainda:

No mérito, a questão levantada se cinge à necessidade ou não da cirurgia de transgenitalização para a retificação do nome.

Assim, primeiramente, há que ser considerado que conforme laudo médico-psiquiátrico, a desconformidade psíquica entre o sexo biológico e o sexo psicológico decorre de transexualismo feminino (fl. 14).

Importante não perder de vista que o sexo psicológico é aquele que dirige o comportamento social externo do indivíduo.

¹⁵⁶ BENTO, 2004

¹⁵⁷ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. RETIFICAÇÃO DE ASSENTO. Acórdão em Apelação Cível nº 0082646-81.2011.8.26.0002. Diego Antônio de Jesus Soares e O Juízo. Relator Des. Hélio Faria. DJ, 6 nov. de 2013. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsj/getArquivo.do?cdAcordao=7145642&cdForo=0&v1Captcha=tWjay>. Acesso em 22 nov. 2016

Nota-se que a parte recorrente “não considera aceitável viver de acordo com a identidade socialmente esperada devido à designação de gênero ao nascimento e infância e/ou sua anatomia de nascimento” (fl. 15).

O fato é que se trata de caso de transexualismo, não constituindo a cirurgia de transgenitalização requisito para a retificação de assento ante o seu caráter secundário.

Embora a parte apelante afirme a intenção da cirurgia, esta possui caráter complementar, visando à conformação das características e anatomia ao sexo psicológico.

Ressalta-se que submeter-se ou não ao procedimento cirúrgico é opção do indivíduo e a exigência de tal procedimento como requisito à retificação de seu nome afrontaria o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que se busca preservar.

Frise-se que não é o procedimento cirúrgico em si que definirá a sexualidade da pessoa e sim, o sexo psicológico. Se vai se submeter ou não à cirurgia de transgenitalização é decisão que cabe somente ao indivíduo.

Decidiu em mesmo sentido o Des. Rel. Rui Portanova da 8ª Câmara Cível do TJRS em 05/06/2014:

APELAÇÃO CÍVEL. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSGENÊRO. MUDANÇA DE NOME E DE SEXO. AUSÊNCIA DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO.

Constatada e provada a condição de transgênero da autora, é dispensável a cirurgia de transgenitalização para efeitos de alteração de seu nome e designativo de gênero no seu registro civil de nascimento.

A condição de transgênero, por si só, já evidencia que a pessoa não se enquadra no gênero de nascimento, sendo de rigor, que a sua real condição seja descrita em seu registro civil, tal como ela se apresenta socialmente

DERAM PROVIMENTO. UNÂNIME. ¹⁵⁸

¹⁵⁸ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. APELAÇÃO CÍVEL. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSGENÊRO. MUDANÇA DE NOME E DE SEXO. AUSÊNCIA DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. Acórdão em Apelação Cível nº 70057414971. David Silveira Silva e Ministério Público. Relator Des. Rui Portanova. DJ, 9 jun. 2014. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=cache:www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php%3Fnome_comarca%3DTribunal%2Bde%2BJusti%25E7a%26versao%3D%26versao_fonetica%3D1%26tipo%3D1%26id_comarca%3D700%26num_processo_mask%3D70057414971%26num_processo%3D70057414971%26codEmenta%3D5808906+++++&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&ie=UTF-8&lr=lang_pt&site=ementario&access=p&oe=UTF-

Retira-se, ainda, do teor do acordo:

Sabemos que o nome de uma pessoa tem significado não só no meio social como também para ela mesma. É através do nome, e de sua designação sexual, que a pessoa se vê como indivíduo e é vista socialmente.

Nesse passo, tão ou mais importante que mudar o nome de uma pessoa em casos como o presente, é a modificação de seu gênero.

E para tão não se faz necessário a sua transgenitalização, pois gênero e sexo não se confundem.

Até agora, o pênis nunca foi dificuldade para Nataly ser e viver como mulher que é. De seu corpo ela tem total liberdade de fazer o que bem entender.

Não é pela existência de uma genitália masculina que define o gênero masculino. Com efeito, essa apenas uma característica masculina, que não prevalece quando se está diante de uma pessoa transgênero.

Além disso, é necessário ver essa questão com os olhos voltados mais para o indivíduo e sua dignidade do que para o meio social.

Veja-se que, sexualmente, desde a sua condição íntima até do ponto de vista público e social, NATALY não aparecerá como homem, mas como mulher.

E, para ela, como indivíduo, também já se vê como mulher, e não como homem.

Nesse passo, a falta de regramento específico, em meu ponto de vista, não justifica a manutenção do “masculino” como sendo a designação do gênero da autora em seu registro civil de nascimento.

Por ultimo, destaca-se a decisão da Des. Rel. Sandra Brisolara Medeiros da 7ª Câmara Cível do TJRS em 24/06/2015:

APELAÇÃO CÍVEL. RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. ALTERAÇÃO DO GÊNERO. AUSÊNCIA DE CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL OU TRANSGENITALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. O sexo é físico-biológico, caracterizado pela presença de aparelho genital e outras características que

diferenciam os seres humanos entre machos e fêmeas, além da presença do código genético que, igualmente, determina a constituição do sexo - cromossomas XX e XY. O gênero, por sua vez, refere-se ao aspecto psicossocial, ou seja, como o indivíduo se sente e se comporta frente aos padrões estabelecidos como femininos e masculinos a partir do substrato físico-biológico. É um modo de organização de modelos que são transmitidos tendo em vista as estruturas sociais e as relações que se estabelecem entre os sexos. Considerando que o gênero prepondera sobre o sexo, identificando-se o indivíduo transexual com o gênero oposto ao seu sexo biológico e cromossômico, impõe-se a retificação do registro civil, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual ou transgenitalização, porquanto deve espelhar a forma como o indivíduo se vê, se comporta e é visto socialmente. APELAÇÃO PROVIDA, POR MAIORIA.¹⁵⁹

Será mesmo imprescindível para o reconhecimento da autodeterminação de gênero do indivíduo a cirurgia de transgenitalização? A médica brasileira, Camile Cabral, foi a primeira vereadora transgênero eleita pelo voto popular na França, aliás, primeira transgênero a ser eleita por voto popular para qualquer cargo público e, ainda, idealizadora do Groupe de prévention et d'action pour la santé et le travail des transsexuel(le)s - PASTT¹⁶⁰. Em entrevista ao jornal “A folha de S. Paulo”, Camile esclarece:

A identidade de gênero não está ligada à mudança de sexo. Nosso fenômeno não é genital, mas de sensibilidade, de atitude. Não existe nenhum parâmetro que exija que nós tenhamos de fazer operações genitais para podermos ter nossos direitos reconhecidos. Por isso prefiro usar o neologismo 'transgênera' e não a palavra 'transexual'. Eu sou uma mulher transgênera¹⁶¹

¹⁵⁹ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. APELAÇÃO CÍVEL. RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. ALTERAÇÃO DO GÊNERO. AUSÊNCIA DE CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL OU TRANSGENITALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. Acórdão em Apelação Cível nº 70061053880. Tiago Rodrigues e a Justiça. Relatora Des. Sandra Brisolara Medeiros. DJ, 1 jul. de 2015. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=cache:www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php%3Fnom_e_comarca%3DTribunal%2Bde%2BJusti%25E7a%26versao%3D%26versao_fonetica%3D1%26tipo%3D1%26id_comarca%3D700%26num_processo_mask%3D70061053880%26num_processo%3D70061053880%26codEmenta%3D6361182+++++&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&ie=UTF-8&lr=lang_pt&site=ementario&access=p&oe=UTF-8&numProcesso=70061053880&comarca=Comarca%20de%20Panambi&dtJulg=24/06/2015&relator=Sandra%20Brisolara%20Medeiros&aba=juris. Acesso em: 22 nov. 2016

¹⁶⁰ Tradução: grupo de prevenção e ação para a saúde e o trabalho de transexuais

¹⁶¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u49407.shtml>. Acesso em 23 nov. de 2016

Ademais, não podemos esquecer que a cirurgia traz uma série de riscos para o paciente, além de, infelizmente, ainda não criar um órgão sexual idêntico, causando empecilhos para a funcionalidade.

A técnica cirúrgica passa o remodelamento do pênis em uma vagina basicamente funciona com a amputação do falo e dos testículos e a utilização da pele escrotal para a criação da vagina, no entanto, certos atributos ficam prejudicados, como não possuir lubrificação natural, ausência de elasticidade normal da vagina e um certo número de operados se verem obrigados a utilizar de maneira constante um molde destinado a impedir a fechamento da cavidade vaginal.¹⁶²

Já a técnica cirúrgica destinada à criação do pênis funciona com o fechamento da vagina e a construção de um pênis com testículos de silicone, e, assim como o caso anterior, algumas funcionalidades são prejudicadas, faltando-lhe elasticidade e sensibilidade.¹⁶³

Frise-se aqui total respeito pela decisão daquelas que optam pela cirurgia de transgenitalização e não se desconsidera o grande sucesso terapêutico no plano psíquico em um número considerável de pessoas, porém, há sempre de se considerar que existem outras formas de tratamento que promovem tanto mudanças nos caracteres secundários como a transformação da aparência física por meio de hormônios, maquiagem, outras modalidades de cirurgias estéticas, e outras técnicas menos invasivas, lembrando-se da Portaria nº 457/2008 que prevê a cirurgia de transgenitalização apenas como um dentre outros recursos terapêuticos dos quais dispõe o indivíduo transexual em seu processo transexualizador.¹⁶⁴

Mas seria realmente necessário todo esse apego à representação física do sexo ao se reconhecer o gênero do indivíduo?

Esses estilos corporais apresentados como naturais do corpo sexuado e com base no binarismo são formas de enraizar essas performances de gênero, petrificando nossas identidades e marginalizando aquelas que fogem dos padrões. Além de todo esse esforço em

¹⁶² SZANIAWSKI, Elimar. Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual: estudo sobre o transexualismo: aspectos médicos e jurídicos. 1ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

¹⁶³ SZANIAWSKI, Elimar, 1998

¹⁶⁴ GONÇALVES, 2012

reafirma um determinismo natural evidenciar a instabilidade das identidades de gênero, que precisam estar sempre sendo reafirmadas¹⁶⁵:

No entanto, quando se age e se tenta reproduzir a/o mulher/homem “de verdade”, desejando que cada ato seja reconhecido como aquele que nos posiciona legitimamente na ordem de gênero, nem sempre o resultado corresponde àquilo definido e aceito socialmente como atos próprios a um/a homem/mulher. Se as ações não conseguem corresponder às expectativas estruturadas a partir de suposições, abre-se uma possibilidade para se desestabilizar as normas de gênero, que geralmente utilizam da violência física ou/e simbólica. A patologização é um dos mecanismos utilizados para manter as práticas que divergem do modelo hegemônico dos gêneros às margens do considerado humanamente normal¹⁶⁶

A busca por reproduzir uma natureza em ato faz com que tenhamos de estar interpretando as normas, o que é feito a partir de suposições, da parte do sujeito, e de expectativas, por parte do outro, que espera que os atos correspondam à natureza dos corpos. Tanto as suposições quanto as expectativas estão costuradas pelas idealizações dos gêneros, aquelas verdades que definem os comportamentos, os desejos e os pensamentos apropriados para homens/mulheres.

Essas pretensões de reprodução do modelo hegemônico do “o que é ser mulher?” e “o que é ser homem?” funciona diretamente para escravizar o indivíduo transgênero dentro da cisnormalidade, quase como uma espécie de fábrica do ser humano ordinário. Nesse contexto não se pode negar que a imprescindibilidade da cirurgia de redesignação sexual pelo poder judiciário como pré-requisito da retificação do registro civil visa à manutenção dessa lógica “mulher-vagina” e “homem-pênis”, resumindo a essência da identidade de gênero à genitália.

Seguindo mais a linha jurídica, é correto o poder judiciário condenar o transgênero a toda a dor e a humilhação de ter seus documentos em desconformidade com sua real identidade e sofrer os estigmas sociais caso este não realize, por imposição, cirurgia que infligiria em violência física? O condicionamento da intervenção cirúrgica como requisito da adequação registral pode ser interpretado como uma violação ao direito da autonomia e da

¹⁶⁵ BENTO, 2014

¹⁶⁶ BENTO, 2014, p. 5

integridade física, uma vez que força aquela que deseja ter a identidade reconhecida a mudanças corporais intensas.¹⁶⁷

Nesse caso, muitos podem ver a cirurgia não como um meio de atingir a plenitude psíquica, mas, sim, de se verem livres dos constrangimento e insultos, tendo em vista que são convencidos que precisam passar por essa mudança corporal para serem reconhecidos.¹⁶⁸

A filósofa alemã Hannah Arendt trata em sua obra “A Condição Humana” da relação do ser humano com o público e o privado. Arendt enuncia que nossa percepção da realidade está totalmente subordinada à aparência, aparência essa que será compartilhada com os demais na esfera pública: “Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade”.¹⁶⁹

Tratando do âmbito estatal, essa aparência – percepção da realidade –, o aspecto público da nossa identidade, aquilo que se apresenta perante a sociedade é o que importa à regulação do convívio social. Visto isso, é quase que absurdo se considerar os genitais como parte do âmbito público, uma vez que as “partes íntimas” – nome popular dado à genitália – claramente pertencem ao âmbito particular do indivíduo, não figurando com o conjunto de aspectos que se apresenta à coletividade.¹⁷⁰

Constata-se, então, que o reconhecimento da identidade de gênero do indivíduo em nada depende deste ter realizado operação com o fim de redesignação sexual, o órgão genital não figura como um dos aspectos físicos formadores da identidade perante a sociedade.¹⁷¹

A sociedade costuma se referir ao transgênero, em geral, como uma mulher ou homem aprisionados em um corpo equivocado, mas não seria, talvez, mais apropriado se reconhecer o indivíduo transgênero como alguém equivocadamente reconhecido pela sociedade como mulher ou homem? Já é passado o tempo do ordenamento jurídico, inclusive o poder judiciário, reconhecer que o gênero vai muito além da vagina ou do pênis, vai muito além da prisão da cisnormalidade, e, sobretudo, reconhecer que enquanto esse debate falsamente

¹⁶⁷ GONÇALVES, 2012

¹⁶⁸ GONÇALVES, 2012

¹⁶⁹ ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Prefácio de Celso Lafer. 10º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007. Disponível em: <http://www.pet.eco.ufrj.br/images/PDF/hannah.pdf>. Acesso em 25 nov. de 2016

¹⁷⁰ GONÇALVES, 2012

¹⁷¹ GONÇALVES, 2012

moralista se estende, uma gama marginalizada da sociedade continua sem ter seus direitos mais fundamentais reconhecidos aprisionados em uma identidade equivocada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, nos dias atuais, no contexto brasileiro, diversas pessoas passaram a desafiar as normas de gêneros solidificadas na sociedade e a adotar identidades que subversivamente se propõem a fugir da chamada “normalidade”, procurando, assim, viver em conformidade com sua própria identidade. A essas pessoas que rompem com os gêneros que lhe foram impostos socialmente se dá o nome de transgêneros, que, erroneamente, ainda são vistas como portadoras de transtornos psicológicos e tratadas como tal.

A presente monografia objetivou questionar o tratamento jurídico que o Estado brasileiro tem dado aos transgêneros, especialmente quando se trata da alteração registral do prenome e do gênero no registro civil da pessoa humana em vias de harmonizar a identificação jurídica da pessoa e o gênero com qual ela se identifica. Porém, inúmeros obstáculos têm sido observados nessa busca pelo reconhecimento da identidade, dentre eles a exigência da cirurgia de transgenitalização como requisito do consentimento das alterações registrais.

Infelizmente, devido à restrição temporal, o tema não pode ser abordado com a completude e a profundidade merecidas, deixando a desejar em vários aspectos frente ao nível da importância social que a matéria apresenta. Mas, felizmente, tem-se visto um crescimento no número de publicações que abordam os direitos “trans” e identificado diversos autores, nacionais e internacionais, que abordam o tema de maneira sensível e menos metódica, respeitando a complexidade do ser humano.

Em primeiro lugar, foi imprescindível um estudo que fugisse um pouco do viés jurídico, utilizando-se de recursos interdisciplinares e buscando conteúdos junto às ciências biológicas e humanas, a fim de possibilitar uma maior compressão sobre os conceitos trabalhados, no que consiste o transgenerismo e os autores que ajudaram a formar os pilares dos estudos de gênero no mundo, inclusive, explorando o extenso leque de identidades que o ser humano assume no meio social quando se desvencilha dos paradigmas dos setores mais conservadores.

Posteriormente, foi proposta uma análise dos direitos fundamentais e da personalidade tratando-se dos estudos de gênero, e, especialmente, traçando-se um paralelo com as

demandas transgêneras. Verificou-se um descompasso muito grande entre esses direitos de primordial importância e o tratamento que é dado a esse setor tão marginalizado da sociedade, negando-lhes até mesmo demandas de caráter básico, como o princípio da dignidade da pessoa humana, princípio da igualdade e direitos relativos à personalidade.

Foi analisado também como são tratados os direitos vinculados à identidade de gênero dentro da legislação nacional, e aí se reconhece um imenso lapso por parte do poder legislativo, que passa quase que totalmente em branco pelo assunto e deixando milhares de pessoas desamparadas tratando-se da positivação de seus direitos e aumentando ainda mais a situação de invisibilidade dessas pessoas. Alguns poucos projetos se encontram prontos para votação, porém, sem muita perspectiva de virem a ser concretizados – especialmente em vista do momento político em que se vive –, mas algumas propostas como o Anteprojeto do Estatuto da diversidade sexual, o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos e a PL n. 5002/2013 (Lei João Nery) vêm com a intenção de suprir essas lacunas legislativas e são especial atenção a diversas minorias, principalmente a população “trans” em si.

Uma análise da jurisprudência nacional também foi feita, selecionando-se acórdãos de grande importância das Cortes Superiores – Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça – não exclusivamente se restringindo a demandas de alteração registral, mas demandas envolvendo direito dos transgêneros. Foi percebida uma grande confusão ainda em se posicionar sobre tais demandas, além de muitos magistrados que deixam suas convicções pessoais, morais e religiosas interferirem em seus posicionamentos. No entanto, ainda se encontra alguns magistrados que asseveram sob uma perspectiva muito mais esclarecida, como é o caso do acórdão em Recurso Especial do Superior Tribunal de Justiça de nº 1.008.398/SP da relatora Ministra Nancy Andrighi que, além de fazer uma vasta pesquisa acerca do assunto, reconheceu que o reconhecimento da identidade do indivíduo é imprescindível para o respeito à dignidade da pessoa humana.

A última parte propõe uma análise da necessidade ou não da cirurgia de transgenitalização como requisito da concessão da alteração do registro civil pelo judiciário e explora até que ponto a genitália realmente determina a legitimidade da identificação com um gênero diverso ao imposto socialmente, e, mais ainda, até que ponto se pode ser caracterizado como mulher ou homem em razão dos “órgãos sexuais”. Atinge-se o ponto em que não se nega a importância das alterações físicas em si e se reconhece a importância da imagem do

indivíduo perante a sociedade, porém, a lógica simplista da mulher como vagina e do homem como pênis não cumpre o papel de atestar a qual gênero se pertence, mas sim trabalha em favor da cisnormatividade, favorecendo o perpetuamento de conceitos retrógrados e tradicionalistas, contribuindo para que o setor transgênero da sociedade continue a mercê de violência e constrangimentos causados pelos estigmas da desarmonia da imagem apresentada à sociedade e de seus documentos oficiais.

É irracional que o Estado queira interferir no núcleo privado da vida do cidadão a ponto de só lhe garantir direitos de cunho fundamental sob imposição da prática cirúrgica extremamente invasiva e causadora de muita dor, como a cirurgia transgenitalizadora. A identidade “trans” não obedece particularidades exatas e a cirurgia de transgenitalização não é uma demanda de todos os transgêneros. Ultrapassa o limite do razoável que o estado opte por violar diretamente os direitos à autonomia e à integridade física como pretexto de garantir o devido direito à identidade do indivíduo transgênero e cooperar para a diminuição dos estigmas e constrangimentos vividos por essa minoria.

É preciso, então, com urgência, o reconhecimento da importância da matéria pelo Estado brasileiro nos mais diversos âmbitos. Do ponto de vista jurídico, deve-se abandonar os velhos olhares estigmatizantes como importante peça do processo de “humanização” da população transgênera frente à nossa sociedade hostil e intolerante. Esse caminho pode se dar, a princípio, com a devida aplicação dos direitos fundamentais no âmbito judiciário ao tratar de demandas envolvendo transgêneros. Ademais, já passa da hora do poder legislativo deixar de inviabilizar a aprovação de projetos que pretendem dar um passo à frente no reconhecimento das demandas desse setor estigmatizado, garantindo, assim, uma sociedade mais justa, humana e plural.

6 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional do transexual**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Prefácio de Celso Lafer. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007. Disponível em: <http://www.pet.eco.ufrj.br/images/PDF/hannah.pdf>. Acesso em 25 nov. de 2016.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: http://www.abglt.org.br/docs/ESTATUTO_DIVERSIDADE_SEXUAL.pdf. Acesso em 10 nov. de 2016.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2012.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade?**. São Paulo. Editora Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro. Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **Aproximações históricas com a transexualidade**. In. GROSSI, Mirian Pillar (Org.); SCHWABE, Elisete (Org.). *Política e cotidiano : estudos antropológicos sobre o gênero, família e sexualidade*. Blumenau: Nova Letra, 2006.

BENTO, Berenice. **Transexuais, corpos e próteses**. Labrys. Estudos Feministas (Edição em português. Online), Brasília, 2004, p. 3. Disponível em: <https://gedsfdup.files.wordpress.com/2015/08/06-bento-berenice-transexuais-corpos-e-prc3b3teses.pdf>. Acesso em 22 nov. de 2016.

BRASIL. **Constituição Federal**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 20 out. de 2016.

BRASIL. **Código Civil de 2002**. Promulgado em 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 21 out. de 2016.

BRASIL. **Decreto n.º 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em 20 set. de 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 9ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. “**Criticamente subversiva**”. In: JIMENEZ, Rafael M. Mérida (org.). *Sexualidades transgressoras: uma antologia de estudos queer*. Barcelona: Icaria. 2002. apud BENTO, Berenice, 2006.

BUTLER, Judith. **Sem medo de fazer gênero**: entrevista com a filósofa americana Judith Butler. Folha de S. Paulo. 20 set de 2015. Entrevista concedida a Úrsula Passos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/09/1683172-sem-medo-de-fazer-genero-entrevista-com-a-filosofa-americana-judith-butler.shtml>. Acesso em: 15 set. de 2016.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos: uma perspectiva de inclusão**. 2012. 262 f. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013. Acesso em 12 nov. de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02**. Resolução 1.955/2010 de 3 set de 2010. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm. Acesso em 26 out. de 2016. Acesso em 19 nov. de 2016.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. **Identidade e redesignação de gênero: aspectos da personalidade, da família e da responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, volume I: teoria geral do direito civil**. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DINIZ, Maíra Coraci. **Direito à não discriminação: travestilidade e transexualidade**. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2014.

Facebook. Disponível em: www.facebook.com. Acesso em 25 set. 2016.

Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u49407.shtml>. Acesso em 23 nov. de 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**. São Paulo: Paz & Terra. 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 1 : parte geral**. 14ª ed. São Paulo : Saraiva, 2016.

GROSSI, Mirian; ÁVILA, Simone. **Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer**. Disponível em: <http://nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/01/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO->

TRANSG% C3% 8ANERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DI% C3% 81SPORA-QUEER-Simone-
% C3% 81vila-e-Miriam-Pillar-Grossi.pdf. Acesso em 23 set. de 2016.

HARRY, Benjamin. **The transsexual phenomenon**. Symposium Publishing, Düsseldorf, 1999. Disponível em: <http://www.mut23.de/texte/Harry%20Benjamin%20-%20The%20Transsexual%20Phenomenon.pdf>. Acesso em 5 out. de 2016.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012. Disponível: <https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>. Acesso em 18 de set. de 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **A verdade cisgênero**. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/01/a-verdade-cisgenero/>. Acesso em 20 set. 2016.

KAAS, Hailey. **Transfeminismo. O que é cissexismo?**. Disponível em: <http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>. Acesso em: 20 set. 2016.

KOYAMA, Emi. **Cissexual/Cisgender: decentralizing the dominant group**. 06 jul. 2002. Disponível em: <http://www.eminism.org/interchange/2002/20020607-wmstl.html>. Acesso em 20 set. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2014.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2012.

Maria Berenice Dias. Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_614\)estatuto_da_diversidade_sexual__marta_e_berenice.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_614)estatuto_da_diversidade_sexual__marta_e_berenice.pdf). Acesso em: 10 nov de 2016.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NYC Comission Human Rights .Disponível em: http://www1.nyc.gov/assets/cchr/downloads/pdf/publications/GenderID_Card2015.pdf. Acesso em 25 set. de 2016

NYC Comission Human Rights. Gender Identity/Gender Expression: Legal Enforcement Guidance. Disponível em: <http://www1.nyc.gov/site/cchr/law/legal-guidances-gender-identity-expression.page>. Acesso em 25 set. 2016.

Observatório do PNDH-3. Disponível em: <http://www.pndh3.sdh.gov.br/>. Acesso em 11 nov. de 2016.

PEIXINHO, Manoel Messias. **A interpretação da constituição e os princípios fundamentais**. 4ª ed. São Paulo : Atlas, 2015.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil, parte geral: volume I**. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade**. 3ª ed. São paulo: Atlas, 2014.

SCOTT, J. W.. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. The American Historical Review. vol. 91, nº 5. (Dez., 1986).

SILVA, Afonso José da. **Curso de direito constitucional positivo**. 38ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

Superior Tribunal de Justiça. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>. Acesso em 12 nov. de 2016.

Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ>. 12 nov. de 2016.

Supremo Tribunal Federal. Notícias STF: Pedido de vista suspende julgamento que discute tratamento social dos transexuais. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=304438..> Acesso em 14 nov. 2016.

SZANIAWSKI, Elimar. **Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual: estudo sobre o transexualismo: aspectos médicos e jurídicos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 1: Lei de Introdução e Parte Geral**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TELLES, Sérgio. **Pscicanálise em debate: o caso de David Reimer e a questão da identidade de gênero**. Psychiatry on line Brasil, vol. 9, nº 6, junho de 2004. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano04/psi0604.php>. Acesso em: 13 set. de 2013.

VIEIRA, Mônica Silveira. **Direito ao corpo: modificações corporais, limites de disponibilidade e responsabilidade**. Curitiba: Juruá, 2015.

VENOSA. Sílvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. 14ª ed. São Paulo: Atlas. 2014.

VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.); PAIVA, Luiz Airton Saavedra de (Org.). **Identidade Sexual e Transexualidade**. 1. ed. São Paulo: Roca, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 1 : parte geral**. 14ª ed. São Paulo : Saraiva, 2016.